

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 10 / 12 / 97
cod OPD00070



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

**PROPOSTA CURRICULAR DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES INDÍGENAS DA TERRA INDÍGENA DO
XINGU PARA O MAGISTÉRIO**

Setembro/1996

SUMÁRIO

1. Apresentação	01
2. Contexto	03
3. A educação escolar na Terra Indígena do Xingu	12
4. Bases legais	14
5. Bases conceituais	16
6. Objetivos gerais.....	17
7. Caracterização do Projeto de Formação para o Magistério Indígena	18
7.1 Disciplinas e grade curricular.....	18
7.2 Estágio supervisionado	19
7.3 Elaboração de trabalho de pesquisa	19
7.4 Elaboração de materiais didáticos	19
8. Especificação das disciplinas do Projeto	20
8.1 Disciplinas de Formação Geral	20
- Línguas	
8.1.1. Língua indígena	21
8.1.2. Língua portuguesa	23
8.1.3. Matemática.....	25
8.1.4. História.....	27
8.1.5. Geografia	28
8.1.6. Ciências	30
8.1.7. Artes	32
8.2. Disciplinas de Formação Profissional.....	34
8.2.1. Linguística.....	34
8.2.2. Metodologia de alfabetização.....	35
8.2.3. Metodologia de ensino de língua portuguesa.....	36
8.2.4. Literatura.....	38
8.2.5. Antropologia	38
8.2.6. Metodologia e prática de ensino.....	40
8.2.7. Metodologia de pesquisa.....	41
8.2.8. Educação Física.....	42
8.2.9. Fundamentos da educação escolar indígena.....	42
09. Metodologia do Projeto de Formação.....	43
10. Avaliação.....	44
11. Critérios de participação no Projeto de Formação	45
12. Equipe responsável pelo Projeto	45
13. Bibliografia	47
Relação das Escolas da Terra Indígena do Xingu.....	55
Carga horária das etapas intensivas e do acompanhamento pedagógico de 1994 a 1996	63

PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DA TERRA INDÍGENA DO XINGU *

PROPOSTA CURRICULAR DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS PARA O MAGISTÉRIO

1. APRESENTAÇÃO:

A proposta de currículo aqui apresentada destina-se à formação de 50 professores indígenas para o Magistério dos povos da Terra Indígena do Xingu (TIX):

Kamaiurá, Kayabi, Yudjá, Aweti, Waurá, Mehinako, Yawalapiti, Kuikuro, Kalapalo, Matipu, Nahukwá, Trumai, Ikpeng, Suiá, Tapaiuna, Panara e Metyktire.

O Projeto de Formação de Professores Indígenas da Terra Indígena do Xingu foi iniciado pela AVA-Associação Vida e Ambiente, em 1994, tendo sido completadas quatro etapas intensivas do Curso de Formação, não tendo sido possível, por limitações de recursos, realizar um acompanhamento sistemático às escolas até 1995. Em 1996 o projeto passou a ser de responsabilidade do ISA-Instituto Socioambiental, que priorizou em 1996 o acompanhamento pedagógico às escolas indígenas e a realização de uma etapa intensiva de formação.

Apesar das limitações impostas por recursos insuficientes, o Projeto vem apresentando resultados positivos, tanto no aperfeiçoamento da prática pedagógica dos professores indígenas, quanto no desenvolvimento da alfabetização e estudo das línguas indígenas da TIX. Antes da implantação do Projeto, apenas 10 professores lecionavam, trabalhando somente com a alfabetização em língua portuguesa, sem orientações pedagógicas e linguísticas que permitissem o desenvolvimento do ensino bilíngue, direito conquistado pelos povos indígenas na Constituição Brasileira.

Nos duas primeiras etapas foram trabalhadas as disciplinas de Línguas Indígenas e Língua Portuguesa, em conjunto com Noções de Linguística, Metodologia de alfabetização e ensino, Metodologia de ensino da língua portuguesa, além de Matemática e metodologia de ensino nesta área. A partir da III e IV etapas foram introduzidas as disciplinas de História e Geografia, com propostas de metodologia de ensino e pesquisa sendo construídas em conjunto com os professores indígenas.

* A designação Terra Indígena do Xingu passou a ser o termo oficial adotado pela Funai em 1996, substituindo o termo Área Indígena. Inicialmente este território foi denominado Parque Nacional do Xingu e posteriormente Parque Indígena do Xingu.

Como tema central da formação desenvolvida, perpassando todas as disciplinas, está a Gestão Territorial. Como espinha dorsal do currículo em construção, a preocupação pela gerência do próprio território, exercida pelos índios, abrange a manutenção e revitalização cultural, linguística, bem como as questões de uso e preservação dos recursos naturais, sobrevivência econômica e relacionamento com a sociedade não-indígena, em especial na convivência com as fazendas, municípios e projetos de colonização ou econômicos, limítrofes à Terra Indígena.

Os professores indígenas vêm registrando sua prática nos diários de classe e elaborando relatórios, compreendendo aos poucos a importância do registro para a reflexão e avaliação de sua atuação.

É importante ressaltar que o grupo de professores indígenas em formação é bastante heterogêneo, tanto em relação a escolaridade, quanto ao nível de competência na oralidade e escrita da língua portuguesa. Há professores com maior tempo de prática da oralidade e escrita da língua portuguesa e outros que apresentam maior dificuldade.

Os professores indígenas não possuem nenhum tipo de contrato com a Secretaria Estadual ou Secretarias Municipais de Educação, com exceção dos professores Tedjê Metyktire que obteve um contrato temporário da prefeitura de São José do Xingu e João Kaiabi, contratado por Marcelândia. Tanto a equipe de educadores, antropólogos e linguistas, responsáveis pela formação, quanto os professores indígenas, reconhecem a importância da regularização e reconhecimento do processo de formação de professores pela Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso, com um currículo que respeite a especificidade cultural dos povos da Terra Indígena do Xingu, para obter no futuro a contratação dos profissionais indígenas, o reconhecimento das escolas e remessas regulares de materiais escolares.

O texto que apresentamos não é uma proposta fechada de currículo, pretendendo servir de base para o amadurecimento e desenvolvimento da discussão sobre educação escolar indígena, tanto no âmbito da Terra Indígena do Xingu, quanto em outras áreas indígenas do Estado, onde se desenvolvem experiências semelhantes, como os Projetos Tucum e Inajá.

As escolas da Terra Indígena do Xingu vêm funcionando de acordo com o calendário de festas e da possibilidade de seus professores conciliarem a sobrevivência cotidiana e o trabalho pedagógico, sendo uma reivindicação dos mesmos a contratação, com o direito à remuneração por seu trabalho, durante o processo de formação e ao seu término. Trabalhar como professor exige uma dedicação quase que exclusiva no planejamento, realização e registro das aulas, tendo cada professor no mínimo duas turmas de alunos, acumulando ainda atividades de caça, pesca e trabalho na roça, necessárias ao sustento de suas famílias.

A proposta de formação para o Magistério aqui apresentada, destina-se à capacitação de professores indígenas para o ensino de primeira à quarta -série do primeiro grau.

Esperamos ainda que a proposta curricular aqui apresentada possa servir de parâmetro também para o estabelecimento de relações com as Secretarias Municipais de Educação dos municípios aos quais a Terra Indígena do Xingu está jurisdicionado: Vera, Marcelândia, São José do Xingu, Canarana, Paranatinga, Querência, Santa Carmem, Cláudia, Peixoto de Azevedo, Matupá, Altamira, São Félix do Araguaia e Feliz Natal, relações estas que podem ser intermediadas pela Secretaria Estadual de Educação, que desenvolve a formação de professores indígenas através do Projeto Tucum. É necessário que referidos municípios possam contribuir na educação escolar indígena, respeitando a sua especificidade, daí a urgência de estabelecer os parâmetros nos quais se dará esta relação, uma vez que municípios como São José do Xingu, Paranatinga e Marcelândia assumiram a responsabilidade de três escolas (Escola Metyktire- aldeia Cachoeira, Escola Cururu-aldeia Cururu e Escola Waurá- aldeia Waurá), contratando professores, com as mesmas orientações pedagógicas utilizadas nas escolas dos não-índios.

2. CONTEXTO

A Terra Indígena do Xingu e os povos que a habitam

QUADRO POPULACIONAL:

Fonte: EPM/1995.

POVO	ALDEIAS	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO/ ETNIA
Yawalapiti	Kuaryp	Paranatinga	196
Kamaiurá	Ipavu Morená	Paranatinga Vera	303
Waurá	Piyulaga	Paranatinga	226
Mehinaku	Uyaipioku	Paranatinga	149
Aweti	Aweti	Paranatinga	93
Kalapalo	Tanguro Kalapalo	Querência	326
Kuikuro	Kuikuro	Paranatinga	343
Matipu	Matipu	Querência	62
Nahukuá	Nahukuá	Querência	64
Trumai	Boa Esperança Terra Preta	Vera	89
Ikpeng	Ikpeng	Vera	214
Kaiabi	Tuiararé Capivara Sobradinho Cururu	Querência São Félix do Araguaia Vera Marcelândia	

	Barranco Alto Kretire Velho Kuarujá PI Diauarum	Vera	655
Suiá	Rikô Ngosoko PIV Wawi	Querência	213
Yudja	Tuba-Tuba	Marcelândia	181
Panara	Panara Nãsepotiti	Feliz Natal Guarantã	159
Metyktire	Metyktire Kapôt	São José do Xingu Matupá	577
Tapaiuna	Metyktire Kapôt Rikô	São José do Xingu Matupá Querência	58
Total			3.908

Na Terra Indígena do Xingu (TIX) vivem 17 povos, com uma população total de 3.908 pessoas (EPM, 1995).

As fronteiras da Terra Indígena do Xingu, em suas sucessivas reformulações, jamais incluíram a totalidade dos territórios tradicionais dos povos que passaram a ser conhecidos como "índios do Parque". Há fronteiras internas entre os diferentes povos, estabelecidas de modo não rígido, mas reconhecíveis e reconhecidas pelos índios. A história do contato, os trabalhos de "pacificação", ou seja de conquista, por parte das frentes de expansão da sociedade nacional e, mais tarde, a criação do Parque estabeleceram novos limites - agora entre índios e não-índios - impostos por forças externas às sociedades indígenas. Os territórios tradicionais indígenas se estendiam ao leste, a oeste e ao sul, para além das fronteiras da TIX.

A primeira documentação da riqueza étnica da região do alto curso do rio Xingu decorre das viagens do primeiro etnógrafo que visitou a área, o alemão Karl Von den Steinen, em duas viagens - 1884 e 1887 (Steinen, 1886/1942; 1894/1940). A partir dos anos 40 deste século, todavia, se abre um novo capítulo da história dos povos xinguanos, confundindo-se com a história da criação do Parque Nacional.

Em 1943 foi criada a Expedição Roncador-Xingu (ERX), vanguarda da Fundação Brasil Central (FBC), que se inseria num programa do governo estadonovista de ocupação das regiões centrais do Brasil. Nesse contexto, os irmãos Villas-Boas, membros e futuros chefes da expedição, chegaram à região dos formadores do rio Xingu se defrontando com uma densa população indígena. Os Villas Boas se converteram definitivamente à causa da proteção dos índios do Xingu, que ganham nesse período as páginas dos jornais, com repórteres e fotógrafos acompanhando o avanço da frente da expedição.

Já a partir de 1948, Orlando Villas Boas pedia a proteção das terras do Alto Xingu e denunciava os projetos de colonização que começavam a querer se apropriar das mesmas, por iniciativa do Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso. A política de colonização das terras indígenas de Mato Grosso se intensificou na década de 50, chegando a recortar toda a área que viria a ser o Parque em centenas de propriedades particulares, na maior parte dos casos compradas "no mapa" e graças à expedição de certidões negativas falsas pelo Estado de Mato Grosso e por funcionários coniventes do então SPI.

Dada a gravidade da situação, foi lançada a proposta de se criar um Parque Nacional na região e o Vice-Presidente da República Café Filho constituiu uma comissão presidida pelo Brigadeiro Raimundo Vasconcelos Aboim e integrada por Heloisa Alberto Torres, Orlando Villas Boas e Darcy Ribeiro para estudar o assunto. Em 17-04-1952 a comissão, liderada pelo próprio Marechal Cândido da Silva Rondon, apresentou um anteprojeto de lei que criava o Parque Nacional do Xingu com uma área de 200.000 quilômetros quadrados ou 20 milhões de hectares.

O Dr. Café Filho encaminhou o anteprojeto para apreciação do então Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, em 27-04-1952. Café Filho afirmava na justificativa do anteprojeto que a Marcha para Oeste, movimento nacional, tinha revelado ao País uma vasta área onde viviam numerosas tribos em isolamento milenar. Forças poderosas se levantaram de imediato contra a realização do projeto de criação do Parque, que nunca viria a se concretizar com os limites propostos em 1952. O Parque chegou a existir somente quase dez anos depois, pelo Decreto nº 50.455, de 14-04-1961, com uma área 10 vezes menor do que aquela do ante-projeto de 1952. O traçado excluía os territórios tradicionais de vários grupos indígenas.

O Decreto nº 63.082, de 6-08-1968, modificava os limites meridionais, reconhecendo parcialmente o erro do decreto de 1961, que tinha excluído os territórios tradicionais dos grupos meridionais, os do Alto. Destes, permaneciam, porém, seccionados os territórios dos grupos Aruak e Karib, finalmente incorporados - não em sua integridade - ao Parque pelo Decreto nº 68.909 de 13/7/71, que traçava a fronteira na altura da latitude 13° Sul, acima da confluência dos rios Tanguro e Sete de Setembro. O traçado da BR-80 se tornou, então, a fronteira norte, dividindo o território Metyktire e separando este grupo dos outros Kayapó. A demarcação do Parque se realizou em 1978. Hoje os índios defendem e fiscalizam ativamente as fronteiras do PIX, ameaçadas por invasões de madeiros e fazendeiros, pescadores e caçadores.

Uma visão já clássica tanto para os índios como para os não-índios mapeia o Parque em duas áreas distintas culturalmente e historicamente. Uma região mais definida, chamada de "Alto (Xingu)", outra mais heterogênea conhecida como "Baixo (Xingu)".

O Alto: os povos dos formadores

Na região do Alto Xingu vivem 10 povos (Kamaiurá, Aweti, Kuikuro, Kalapalo, Matipu, Nahukuá, Mehinako, Yawalapiti, Waurá e Trumai) em 14 aldeias, com uma população de 1.851 pessoas (EPM, 1995). O Alto Xingu - região dos formadores do rio Xingu, é percorrida pelo rios Steinen, Ronuro, Batovi, Culiseu e Culuene, de oeste para leste - constitui uma área cultural, como foi definida por Eduardo Galvão (1950; 1953), já que nele povos diferenciados, sobretudo do ponto de vista linguístico, convivem e compartilham de traços culturais em diversos domínios: padrão de aldeamento, economia, parentesco, cosmologia, valores, rituais intra e inter-tribais - e que se distinguem entre si por outros traços, que funcionam como emblemas de identidades contrastivas, como a manufatura de artefatos para troca, o território de ocupação histórica e a língua ou dialeto.

Ao tratar dos povos que habitam até hoje a bacia dos formadores do rio Xingu, ao norte de Mato Grosso, pressupõe-se uma unidade tanto geográfica e ecológica como sócio-política. Seus limites geográficos são claros. A bacia dos formadores, área de transição entre o cerrado e a floresta, é drenada por um leque de rios, sendo os principais os rios Culiseu, Culuene, Ronuro e Batovi, interligados por um emaranhado de igarapés, canais e lagoas, que confluem a 11°55' de latitude sul e a 53°35' de longitude oeste, no Morená, ponto chamado pelos índios de "centro do mundo", palco da criação do universo físico e humano. A bacia é fechada ao sul pelo chapadão mato-grossense, a oeste pela Serra Formosa que divide a drenagem entre o rio Xingu e o rio Teles Pires, ao leste pela Serra do Roncador que a separa da bacia do rio das Mortes-Araguaia.

A ocupação indígena do Alto é muito antiga; dados arqueológicos atestam uma ocupação Aruák desde 960 A.D (Heckenberger, 1995). Sucessivas migrações para a região foram formando o complexo alto-xinguano. Karl Von de Steinen (1940, 1942) já observava, no final do século passado, as notáveis semelhanças culturais dos grupos dos formadores. Apesar das consideráveis distâncias que separavam os povos alto-xinguanos - na época consideráveis porque percorridas a pé ou em canoa e maiores das de hoje -, eles tinham desenvolvido um contato pacífico entre eles, alimentado através de casamentos, trocas comerciais e uma intensa atividade cerimonial, com a realização de grandes "festas" intertribais. Ao longo do tempo foi se formando uma rede social intertribal entre grupos que passaram a compartilhar muitos traços culturais (Basso, 1969).

Muitos pesquisadores que, desde Von den Steinen, têm realizado suas investigações na região alto-xingua destacam a existência dessa sociedade intertribal, a sua homogeneidade. Outros procuram evidenciar também as diferenças entre os povos alto-xinguanos, chamando a atenção para a integração das diferenças - processo histórico ainda em andamento - e para o fato de que tais diferenças podem nos dar luzes sobre a origem histórica desses povos, sobre sua proveniência e migrações em tempos pré-históricos. Como dissemos, há uma surpreendente diversidade linguística, a manutenção da autonomia política de cada povo - que

preza a sua própria identidade distintiva - ligada ao território que ocupa, a percepção das diferenças que cada povo tem dos outros.

Nos anos 40 se inicia o trabalho de investigação antropológica na região do Alto Xingu empreendido pelos pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Dessa fase de pesquisa resultaram recenseamentos da população alto-xinguana e a localização dos diferentes grupos. Os Waurá, Mehinaku, Kalapalo, Kuikuro, Matipu, Aweti, Kamaiurá e os Trumai permaneciam em seus territórios nas mesmas áreas identificadas por Von den Steinen no fim do século XIX.

Até 1952, data de outra expedição científica do Museu Nacional, mudanças se processaram no Alto Xingu. Em primeiro lugar, a contaminação com vírus de gripe e sarampo causou uma violenta depopulação, que atingiu seu ápice na epidemia de sarampo de 1954. Com isso, as aldeias dos grupos Karib do Culiseu/Culuene foram deslocadas mais próximas do Posto Indígena Leonardo, ao norte dos territórios tradicionais, já que os índios Kalapalo, Kuikuro, Matipu e Nahukuá, dizimados desde a gripe trazida pela ERX, passaram a depender da assistência médica dispensada nos Postos da FBC. Observe-se que mencionamos aqui apenas as informações documentadas sobre as epidemias que atingiram a região mais recentemente. Sabemos pelos relatos da história oral de diversos grupos indígenas que o contágio fatal trazido pelos brancos causou várias e sucessivas crises demográficas desde a "descoberta", marcando, inclusive, o período imediatamente posterior às viagens de Von den Steinen (Agostinho, 1972; Franchetto, 1992). Assiste-se ao início de crescimento demográfico, lento mas constante, somente a partir dos anos setenta, graças a implementação de assistência médica e a campanhas de vacinação. Se alguns povos desapareceram ou foram absorvidos por outros sobreviventes à época dos contágios, hoje surgem novas aldeias e há um processo de expansão e reocupação de porções dos territórios tradicionais, até passando além da fronteira do Morená (é o caso de uma aldeia Kamaiurá).

A sociedade alto-xinguana é multilíngüe; seus 10 povos falam línguas que pertencem aos troncos Tupi e Aruak e à família Karib, além do Trumai, língua considerada isolada. O Kamaiurá é uma língua Tupi-Guarani, o Aweti é língua Tupi (talvez uma Tupi-Guarani marginal); Mehinaku, Waurá e Yawalapiti são línguas Aruak (família Maipure); Kuikuro, Kalapalo, Matipu e Nahukuá são línguas Karib; o Trumai é uma língua isolada. No interior de cada agrupamento linguístico - Tupi, Aruak ou Karib - há variação de tipo dialetal, com graus variados de inteligibilidade mútua. O uso e domínio da língua portuguesa é incipiente, em graus que variam de aldeia para aldeia, mas não chega a ameaçar, por enquanto, o domínio das línguas maternas. Constitui exceção a situação dos Trumái, que pode ser definida como de processo de crise linguística; constata-se o delineamento de fronteira geracional: os mais jovens estão utilizando cada vez menos a língua materna e cada vez mais o português. Também a língua Yawalapiti não é mais utilizada pelos mais novos, sendo fluente entre estes as línguas Kuikuro e Kamaiurá.

Os povos dos formadores também se diferenciam entre si nas atitudes e participação diante do projeto de educação escolar. Há uma oscilação entre a busca

de soluções autônomas e uma maior dependência de pressões externas (escolas da FUNAI, municipais, estudar nas cidades, professores não-índios residindo nas aldeias). Trata-se da consequência de uma história específica do contato e de estratégias políticas específicas (que ao mesmo tempo unificam e separam os grupos do Alto entre si e com relação ao resto da TIX). Kamaiurá (da aldeia Morená), Mehinaku, Aweti e os grupos Karib (Kuikuro, Kalapalo, Nahukuá e Matipu) são os que mais participam das etapas do Curso de Formação. Para os Trumai, os cursos e a assessoria linguística têm significado uma mudança positiva na sua postura valorativa diante da língua materna. Os Kamaiurá do Ipavu e os Yawalapiti estão se incorporando ao processo.

O Baixo: os povos a jusante

A região chamada de "Baixo" se estende do território Trumai, logo abaixo da confluência dos formadores que originam o rio Xingu, ao sul, até a estrada BR-80, ao norte. O mosaico étnico é, aqui também, rico e complexo; as histórias dos diferentes povos do Baixo divergem, convergem e correm distintas. Povos extintos e cujos sobreviventes foram absorvidos pelos grupos atuais são: os Manitsauá, os Yarumá e os Awaiky.

- Os Ikpeng (Txikão)

São um povo de língua Karib, que se separou há dois séculos do conjunto Arara do médio curso do rio Xingu. No começo deste século, o grupo Ikpeng estava na região dos rios Ronuro e Culiseu, após vários deslocamentos que os levaram do rio Iriri aos rios Teles Pires, Juruena e Rio Verde (Menget, 1977). Permaneceram no rio Ronuro e baixo rio Jatobá até 1967, onde foram contatados, já enfraquecidos, pelos Villas Boas e de onde foram levados para o Posto Indígena Leonardo. Dez anos depois, a sua população tinha crescido de 53 para 82 pessoas e eles ergueram uma aldeia própria abaixo do Morená, na margem esquerda do rio Xingu. Hoje eles são 214 pessoas (EPM, 1995).

Os Ikpeng participam ativamente do Curso de Formação e o Posto Indígena Pavuru, por eles administrado, já hospedou vários de tais cursos. A língua indígena é dominante, seu domínio escrito, ainda em processo de definição de ortografia, vem sendo utilizada nas atividades escolares. A proficiência em língua portuguesa é reduzida.

- Os Suiá ocidentais e os Suiá orientais

Trata-se de povos de língua Jê. Os Suiá orientais se separaram dos ocidentais (Tapaiuna) há mais de 150 anos atrás (Seeger, 1981). Os últimos permaneceram na região do rio Arinos onde seriam contatados e de onde seriam trazidos, já reduzidos a apenas 40 indivíduos, para o Parque nos anos sessenta, juntando-se aos Suiá orientais. Atualmente os Tapaiuna vivem entre os Suiá e os Metyktire, totalizando 58 pessoas (EPM, 1995). Os Suiá orientais, entraram há um século e meio atrás na região dos formadores, ocupando sucessivamente o rio Ronuro, o Alto Xingu e o rio Suiá-Missú. Atualmente habitam duas aldeias, Rikô e Ngosoko, com uma população

de 213 pessoas. A população Suiá está aumentando: nos anos sessenta eram pouco mais de sessenta pessoas.

Os Suiá acompanham com interesse o Curso de formação. A língua materna é dominante e o domínio da língua portuguesa incipiente.

- Os Kaiabi

Povo de língua Tupi-Guarani, os Kaiabi são originários dos rios Teles Pires, dos Peixes, Arinos, Verde, alto e médio Paranatinga, a oeste do Xingu. Começaram a entrar na região do Xingu a partir dos anos 50 (Grümberg, 1970), expulsos de seus territórios pelas frentes de expansão da sociedade nacional. Ajudaram a fundar o Posto Indígena Diauarum e a partir de 1955 se estabeleceram na boca do rio Arraia, afluente do Manitsauá-Missu. Daí se expandiram, chegando a uma população atual de mais de 655 pessoas (EPM, 1995), distribuídas em várias aldeias nas duas margens do alto curso do rio Xingu.

Os Kaiabi foram e continuam sendo protagonistas da administração da TIX. O Posto Indígena Diauarum hospeda regularmente o Curso de Formação. Continuam conservando sua língua, aumenta o uso do Kaiabi escrito; o domínio e uso da língua portuguesa é maior, mas não chega a destronar o Kaiabi como primeira língua.

- Os Yudja (Juruna)

As primeiras notícias dos Yudja ou Juruna, povo de língua Tupi, remontam ao ano de 1625. No século passado era uma população de cerca de 2.000 pessoas que ocupava o baixo e médio curso do rio Xingu. Empurrados por missionários, pelas bandeiras e por seringalistas, sofreram uma drástica depopulação até o final do século XIX e se concentraram a montante do Xingu, entrando em contato com os Suiá. No início deste século, passaram a ocupar o território entre a cachoeira Von Martius e o rio Manitsauá-Missu. Os Yudja passaram a visitar as aldeias do Alto. Em 1949 os Villas Boas os encontraram na foz do Manitsauá-Missu (Lima, 1986). Hoje cerca de 181 Yudja habitam a aldeia de Tubatuba (EPM, 1995) e eles participam com interesse crescente do Projeto de Formação de Professores Indígenas. A língua indígena é hegemônica, é utilizada nas atividades de alfabetização e se desenvolve o domínio do Yudja escrito. O uso e domínio da língua portuguesa são incipientes.

- Os Metyktire (Txukarramãe)

Os Mekrãnotire são remanescentes de uma grande população de língua Jê que no início do século XIX estava localizada no interflúvio Araguaia-Tocantins: os Kayapó do norte. Grupos destes empreenderam uma migração para oeste, rumo ao rio Xingu, pressionado pelos "caçadores de índios" e pelo avanço da sociedade nacional. Longa e complexa é a história dos deslocamentos e cisões dos grupos Kaiapó (ver Verswijver, 1985). A partir do início deste século, os Mekrãnotire se encontram entre a cachoeira Von Martius e o Irirí Novo. Em 1947 um grupo que se autodenominou Metyktire estabeleceu-se próximo ao rio Jarina. Os Metyktire nunca deixaram de ter intensos contatos com os outros povos Kaiapó setentrionais e

exploraram um território de grande extensão cujo centro era a região de cerrado a oeste do rio Xingu na altura do paralelo 10 S.

Ao norte da BR-80 os Metyktire conseguiram manter com lutas e negociações porções de seu território tradicional, desde que a estrada cortou seus domínios. Assim, decretos posteriores criaram reservas subordinadas ao PIX e habitadas pelos Metyktire: Jarina (Portaria n. 369/N de 25-05-76), Capoto (Decreto n. 89.643 de 10-05-84), Jarina margem direita (Decreto n. 89.644 de 10-05-84). Hoje eles habitam duas aldeias, com uma população de 577 pessoas (EPM, 1995).

Os Metyktire iniciaram um processo de reaproximação aos outros grupos Kaiapó setentrionais e hoje se organizam enquanto tais, com uma independência política cada vez mais nítida dos outros povos da TIX. Manifestação disso, existe um projeto de educação escolar específico para eles proposto pela Administração Regional Colider/Funai. Apesar disso, jovens professores Metyktire e Mekrangotire costumam frequentar o Curso de Formação de Professores, principalmente por não ter sido iniciado um projeto de formação específico para eles.

- Os Panara (Krenakore ou Kreen Akrore)

Trata-se de um povo de língua Jê, originário do rio Peixoto de Azevedo e provavelmente os últimos remanescentes dos Kayapó meridionais. Tiveram uma história trágica. Viviam na década de sessenta em mais de sete aldeias no Peixoto de Azevedo com uma população estimada de cerca de 750 pessoas. Os contatos de pacificação realizados entre 1968 e 1969, em seguida ao estabelecimento da base aérea de Cachimbo e à construção de duas estradas que cortaram suas terras, levaram o contágio por sarampo e outras doenças infecciosas que reduziu a população Panara em 80%. 79 sobreviventes foram então transferidos para o PIX em 1974, para junto dos Kaiabi e sucessivamente dos Metyktire e dos Suiá. Finalmente, recuperados demograficamente, psicologicamente e culturalmente, construíram uma aldeia no limite ocidental do Parque, subindo o rio Manitsauá Missú (Schwartzman, 1987). Os Panará nunca esqueceram seu território de origem, o rio Peixoto de Azevedo; em 1991 iniciaram expedições de reconhecimento dos seus sítios naquela região e, finalmente, construíram lá nova aldeia em 1994, uma vez garantida a proteção oficial das terras do Peixoto. Nas duas aldeias atuais, vivem hoje 159 Panara (EPM, 1995).

Jovens Panara acompanham com dedicação o Curso de Formação de Professores e atuam nas suas aldeias, por enquanto, com alfabetização em português e matemática, iniciando a confecção de materiais na própria língua. Todos falam a língua materna e o domínio da língua portuguesa é incipiente.

QUADRO LINGUÍSTICO:

TRONCO	LÍNGUA
TUPI	Kamaiurá Kayabi Aweti Yudjá
KARIB	Kuikuro Kalapalo Matipu Nahukuá Ikpeng
ARUAK	Yawalapiti Waurá Mehinaku
JÊ	Suyá Tapayuna Panara Metyktire
ISOLADA	Trumai

As pesquisas

Acumularam-se até hoje muitos e profundos conhecimentos antropológicos e etnológicos sobre os povos da TIX, embora ainda restem questões que estão à espera de maiores investigações. A pesquisa linguística não acompanhou, infelizmente, o desenvolvimento dos estudos etnológicos e ainda pouco sabemos das línguas dos povos da TIX. Algumas delas são mais estudadas do que outras, algumas continuam sem um mínimo de documentação científica; de qualquer maneira não existe até hoje nenhuma gramática descritiva de nenhuma língua falada na TIX. Apesar desse atraso, os projetos atualmente em andamento (UNICAMP, Museu Nacional/UFRJ) prometem sanar em não muito tempo essa lacuna. A situação da pesquisa linguística é a seguinte:

- Kamayurá (Lucy Seki, UNICAMP; em fase final)
- Aweti (Ruth Monserrat e Marcela Coelho de Souza Hyatt, UFRJ; em fase inicial)
- Kuikuro (Bruna Franchetto, UFRJ, em fase final)
- Matipu, Nahukuá, Kalapalo (Bruna Franchetto, UFRJ; em andamento)
- Waurá (estudo de Joan Richards, SIL; Angel C. Mori, UNICAMP; inicial)
- Mehinaku (Angel C. Mori, UNICAMP; inicial)
- Yawalapiti (Mitsila, UNICAMP; inicial e interrompido)
- Trumai (Raquel Guirardello, UNICAMP/MPEG/MIT; em andamento)
- Ikpeng (estudo fonológico de Charlotte Emmerich, UFRJ; C. Campetela e F.B. Pacheco, UNICAMP; em andamento)

Kaiabi (estudo de Rose Dobson e Helga Weiss, SIL; e inicial por linguista da UNICAMP)

Suiá (Ludoviko dos Santos, UFSC/Londrina; em andamento)

Yudja (Cristina Fargetti, UNICAMP; em andamento)

Panara (Luciana Dourado, UnB; em andamento)

Metyktire (estudos do SIL; Marília F. Borges, UFPA; alunos da UFRJ e da UNICAMP).

O Projeto de Formação de Professores se tornou um estímulo para o prosseguimento e ampliação das pesquisas linguísticas, dadas as necessidades de assessoramento para o estabelecimento de ortografias, a produção de material em língua materna e para satisfazer o desejo de conhecimentos (linguísticos) por parte dos próprios índios (professores em formação).

3- A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA TERRA INDÍGENA DO XINGU:

Em 1976 implantou-se no Posto Indígena Leonardo a primeira escola, com a professora Susana Grillo Guimarães. O trabalho foi interrompido dois anos depois e retomado em 1983 pela prof. Marina Kahn, substituída em 1984 pela prof. Maria Cristina Troncarelli, que permaneceu até o início de 1986. Mais uma professora foi contratada pela FUNAI, permanecendo por mais um ano e novamente o trabalho foi interrompido. No período em que Maria Cristina lecionou, foi realizada a experiência da escola atender quatro estudantes de cada aldeia, que permaneciam hospedados no Posto. Esta experiência fracassou, pois não havia alimentação para os alunos, sendo que a escola do Posto Indígena Leonardo atendia basicamente à população das aldeias Yawalapiti e Kamaiurá do Ypavu, próximas do posto.

No Posto Indígena Diauarum foi implantada uma escola em 1980, com a prof. Mariana K. Leal Ferreira. Em 1984 as aulas foram interrompidas, com a partida da professora e retomadas em 1985 pela prof. Neuza Harue Yamanaka, mantidas até 1987.

No Posto Indígena Pavuru de 1985 a 1987 permaneceu a prof. Suzana Destro, que atuou de 1988 a 1990 no Posto Indígena Piaraçu.

Os Metyktire contaram com a prof. Maria Eliza Leite de 1981 a 1989, acompanhada nos últimos anos pela prof. Maria Cristina Troncarelli. De 1987 a 1989 foi iniciada uma experiência de ensino bilíngue, com a assessoria da prof. Lucy Seki, interrompida com a saída das professoras.

As professoras não-índias, contratadas pela FUNAI, atuaram durante alguns anos e ao saírem as atividades escolares eram interrompidas.

Apesar da intermitência do processo educacional, alguns índios, em suas aldeias e nos postos indígenas, continuaram a se instrumentalizar para o convívio com a sociedade não-indígena, diante das necessidades e problemas decorrentes do contato. Em 1984, após a reconquista da faixa territorial situada à margem direita do rio Xingu e da área do Kapôt, houve uma significativa mudança administrativa e política: os índios assumiram a administração da TIX e outras funções técnicas,

exercidas anteriormente pelos funcionários não-índios da Funai (administrador, chefe de posto, motoristas, radio-telegrafistas).

Também nesta época, a enfermeira Estela Würker e a dra. Nair Tanaka iniciaram a formação dos agentes de saúde indígenas, atualmente desenvolvida pela Escola Paulista de Medicina.

Enquanto os povos do Xingu caminhavam para uma maior participação na área de saúde, esta iniciativa ainda não se desenvolvia na área de educação. A expectativa das comunidades era de contar com professores não-índios para atuarem na área.

Em 1987, Megaron Txukarramãe, administrador da TIX, preocupado com a preservação das línguas indígenas e considerando a importância da contribuição linguística para a implantação de programas educacionais bilíngues, convidou a prof. Lucy Seki, do Departamento de Linguística da Universidade de Campinas, para desenvolver o estudo destas línguas. Com o apoio da UNICAMP, do CNPQ e FAPESP, passaram a ser estudadas as línguas Mehinaku, Trumai, Yawalapiti, Juruna, Tapaiuna, Panara, além da Kamaiurá, estudada desde 1968 pela prof. Lucy.

Procurando atender a demanda por educação escolar, reivindicação de todas as comunidades, alguns jovens indígenas, em especial da região central da TIX (Kaiabi, Yudjá, Suiá e Kamaiurá do Morená), assumiram informalmente as aulas em suas aldeias. O ensino promovido por estes professores indígenas era exclusivamente em língua portuguesa, sem nenhuma orientação pedagógica. Estes professores e suas comunidades começaram então a reivindicar uma assessoria linguística e pedagógica, que permitisse o desenvolvimento de sua prática didática e o estudo das línguas indígenas na escola.

Outra iniciativa tomada pelos povos do Xingu na década de 90, para suprir a falta de escolas na TIX, foi enviar às escolas dos municípios vizinhos ou para Brasília crianças e adolescentes. Estes estudantes, vivendo fora de suas aldeias, sofrem a falta de infra-estrutura adequada (moradia, alimentação etc), além de dificuldades de acompanhamento do ritmo escolar por não dominarem a língua portuguesa e acentuadas por questões culturais. Afastados do convívio familiar, estão propensos a incorporar hábitos alheios a sua cultura, como o consumo de bebidas alcoólicas, além da possibilidade de contrair doenças sexualmente transmissíveis. Atualmente existem alguns estudantes nas cidades de Canarana, Brasília, São José do Xingu e Colider, a maioria deles cursando da terceira à oitava série, pois as escolas da TIX se encontram em fase inicial de funcionamento.

O Projeto de Formação de Professores da Terra Indígena do Xingu surge num momento político oportuno, ocasião em que, além das reivindicações dos professores indígenas e de suas comunidades por uma assessoria educacional e linguística especializada, ocorria uma forte pressão da sociedade envolvente (aumento do cerco das fazendas e municípios vizinhos à TIX, problemas de invasão de madeireiros, garimpeiros, caçadores e pescadores). As prefeituras dos municípios vizinhos também começaram a propor às lideranças indígenas a instalação de escolas dentro e fora do Parque, com modelos educacionais completamente inadequados, ignorando a especificidade cultural e linguística dos povos indígenas.

Procurando oferecer subsídios para a implantação de um programa educacional que valorize a cultura indígena e ao mesmo tempo prepare as comunidades para uma convivência digna com a sociedade não-indígena, educadoras, linguistas e antropólogas que trabalharam anteriormente na TIX redigiram o Projeto de Formação de Professores Indígenas, que foi aprovado para financiamento pela Rain Forest Foundation da Noruega, encaminhado pela Fundação Mata Virgem e desenvolvido pela AVA-Associação Vida e Ambiente. A partir de 1996 o Projeto vem sendo desenvolvido pelo ISA-Instituto Socioambiental.

Apesar de ser uma iniciativa recente, é possível perceber resultados bastante positivos no processo de formação de professores indígenas.

O Projeto vem impulsionando a elaboração de ortografias e o estudo das línguas indígenas, até então inexistente na prática pedagógica dos professores, por falta de subsídios linguísticos e pedagógicos que lhes permitissem o desenvolvimento da escrita e o estudo de suas línguas, sendo esta uma de suas principais expectativas. Ao mesmo tempo o Projeto vem oferecendo orientações pedagógicas para o estudo da língua portuguesa, com metodologias específicas de ensino de segunda língua, bem como nas demais disciplinas curriculares, tendo como objetivo que as escolas contribuam, tanto para a preservação e revitalização da cultura, quanto para a convivência com a sociedade não-indígena de maneira digna.

O Projeto de Formação de Professores Indígenas vem buscando uma articulação com outros projetos em desenvolvimento na Terra Indígena do Xingu, como o Projeto de Formação de Agentes Indígenas de Saúde, promovido pela Escola Paulista de Medicina, os Projetos de Comercialização e Fronteiras, desenvolvidos pelo ISA, que dizem respeito a gestão territorial e a busca de alternativas econômicas auto-sustentáveis..

Diversos materiais didáticos estão sendo organizados, cuja proposta de publicação foi enviada ao Ministério da Educação e Desportos. Foi aprovada pelo MEC a publicação do livro Geografia Indígena e deverá ser analisado ainda neste ano o livro TISAKISÛ, para alfabetização nas línguas Karib. Encontram-se em fase final de elaboração os livros de alfabetização nas línguas Kamaiurá e Ikpeng. Vem sendo preparado um livro de matemática e um livro de história.

4. BASES LEGAIS:

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, explicitou um conjunto de direitos das sociedades indígenas fundamentados na concepção da diversidade cultural. Tal fato representou um marco de mudança nas relações Estado brasileiro/sociedades indígenas, pois anteriormente a este momento, as concepções que fundamentavam a política indigenista propunham a homogeneização cultural, através de uma política assimilacionista e integracionista, negando a especificidade sócio-cultural e lingüística de cada sociedade indígena e o processo histórico vivido pós situação de contato com uma sociedade majoritária e em expansão. O Artigo 231 reconhece o direito à diversidade cultural que se torna, desse modo, pressuposto de uma política de governo.

O Artigo 210 assegura o uso da língua indígena em todos os momentos da vida escolar, além do recurso aos processos próprios de aprendizagem relacionados ao sistema de mecanismos de socialização dos mais jovens que fazem parte da estratégia de reprodução sócio-cultural de toda sociedade. O Artigo 215 atribui ao Estado a proteção às manifestações culturais das sociedades indígenas, deduzindo-se daí uma política de ensino fundamentada para o desenvolvimento de uma prática pedagógica voltada para a manutenção da diferença cultural e do multilingüismo que caracterizam o território do Parque indígena do Xingu.

A Portaria Interministerial 559/91, em seu Artigo 7º, determina que sejam “mantidos e executados programas de formação, capacitação e especialização de recursos humanos para o desenvolvimento da educação escolar indígena, (...) garantindo preferencialmente o acesso do professor índio a esses programas permanentes”. No Artigo 8º discrimina, entre as características específicas que devem ser consideradas no processo de reconhecimento das escolas indígenas, a presença de “materiais didáticos para o ensino bilíngüe, preferencialmente elaborados pela própria comunidade indígena, com conteúdos adequados às especificidades sócio-culturais das diferentes etnias e à aquisição do conhecimento universal” e quanto aos “conteúdos curriculares, calendário, metodologias e avaliação adequados à realidade sócio-cultural de cada grupo étnico”.

A política nacional para a educação escolar indígena, em função do que preceitua a Constituição Federal, elaborada pelo MEC, através de seu Comitê de Educação Escolar Indígena (MEC.1993), define como princípios para a sua prática *a diferenciação, a especificidade, o bilingüismo e a interculturalidade*. Tal conjunto de princípios favorecem que a educação escolar, tornada necessária a partir da realidade do contato, respeite a diversidade cultural e lingüística, transformando-se a escola em agência social que trabalha numa dupla dimensão: 1. valorizando a organização social, língua, valores, etnoconhecimentos, história, enfim a dinâmica sócio-cultural necessária para a reprodução da identidade étnica diferenciada, dentro da perspectiva da constituição da auto-estima e da auto-afirmação; e 2. possibilitando o domínio de conhecimentos socializados tidos como importantes no contexto da sociedade nacional.

A implementação de uma educação escolar em contexto de diversidade sócio-cultural e lingüística se tornará possível a partir da formação especializada de professores indígenas como “pesquisadores de sua sociedade, alfabetizadores em sua própria língua, professores de português, redatores de material didático específico e gestores do processo educativo escolar” (MEC 1993).

Mais recentemente o Decreto 1904/96, que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos, no âmbito dos direitos indígenas, elegeu como uma das prioridades de ação “assegurar às sociedades indígenas uma educação escolar diferenciada, respeitando seu universo sócio-cultural”.

A proposta de currículo para a formação de professores indígenas aqui apresentada tem como horizonte criar condições para a construção de uma pedagogia indígena que reafirme a diversidade cultural e o multilingüismo próprio da área cultural da Terra Indígena do Xingu.

O Decreto 26, de 04/02/91, atribuiu ao Ministério da Educação, às Secretarias Estadual e Municipais de Educação, a coordenação das ações referentes à educação escolar indígena, ouvida também a FUNAI. Para cumpri-lo é necessário estabelecer uma cooperação entre a equipe de educadores, antropólogos e linguistas que atua na Terra Indígena do Xingu, com a Secretaria Estadual de Educação, que vem buscando através do Projeto Tucum, estabelecer parâmetros para a participação das Secretarias Municipais de Educação, de maneira a respeitar a especificidade da educação escolar indígena

5. BASES CONCEITUAIS:

Esta proposta curricular de formação e capacitação de professores indígenas para a Terra Indígena do Xingu segue os princípios apontados no documento "Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena", elaborado pelo Comitê de Educação Indígena / 1993, onde a escola indígena tem como objetivo "a conquista da autonomia sócio-econômico-cultural de cada povo, contextualizada na recuperação de sua memória histórica, na reafirmação de sua identidade étnica, no estudo e valorização da própria língua e da própria ciência - sintetizada em seus etno-conhecimentos, bem como no acesso às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade majoritária e das demais sociedades, indígenas e não-indígenas". Para que a escola indígena cumpra este objetivo, é necessário uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngue.

Reiteramos o sentido da interculturalidade na educação escolar indígena, pois possibilita aos indivíduos a reafirmação de sua identidade étnica, bem como a consciência do direito à diferença cultural. A escola também deve proporcionar uma apropriação crítica e seletiva dos conhecimentos de outras sociedades, para o enriquecimento do saber individual e coletivo.

Considerando-se a realidade de assimetria das línguas indígenas em relação à língua portuguesa, a educação escolar indígena deverá promover a valorização e reafirmação das línguas indígenas, inclusive com a criação de novas funções, na oralidade e na escrita, estimulando a produção de textos e literaturas, promovendo também o seu uso em todas as disciplinas do currículo escolar.

Devem ser adotadas estratégias específicas para o ensino/aprendizado de uma segunda língua, seja ela língua portuguesa ou língua indígena, procurando desenvolver uma situação de equilíbrio entre estas línguas.

Outras experiências têm servido de referência para a elaboração deste Projeto, como a formação de 13 anos realizada pela Comissão Pró-Índio do Acre junto aos povos indígenas desta região, a Escola Tapirapé, pioneira na aprovação de um currículo diferenciado e bilíngue, o Iamá que desenvolve a formação de professores indígenas em Rondônia, o Centro Magüta, que atua junto ao povo Tikuna, o Centro de Trabalho Indigenista, junto a vários povos, entre outros.

Foram referências importantes na elaboração desta proposta, a Reforma Educativa da Bolívia e o Projeto Experimental de Educação Bilíngue de Puno, no Peru, que representam avanços na implementação de programas curriculares

bilíngues, reconhecendo a diversidade cultural e interculturalidade, comum aos países latino-americanos.

Vale ressaltar que inspirado em todas estas experiências, a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso desenvolve desde 1995 o Projeto Tucum, em parceria com entidades governamentais e não-governamentais, promovendo um curso regularizado de capacitação de professores indígenas para o magistério.

6. OBJETIVOS GERAIS:

1- Valorizar a cultura indígena e estimular o intercâmbio cultural e a cooperação entre os povos da Terra Indígena do Xingu.

2- Formar os professores indígenas como educadores e pesquisadores, de maneira que se tornem agentes no processo de definição de um currículo diferenciado e específico para as escolas indígenas.

3- Estimular o debate sobre as perspectivas da educação escolar na Terra Indígena do Xingu com relação a currículo e calendário diferenciados.

4- Contribuir para a regularização das escolas da Terra Indígena do Xingu, com um currículo diferenciado e intercultural, para o reconhecimento profissional dos professores indígenas.

5- Propiciar o estudo das línguas indígenas e o desenvolvimento da escrita nessas línguas, pelos professores indígenas, com o objetivo de garantir a presença da língua indígena ao longo de todo o processo educacional, como disciplina em si e como instrumento de ensino em todas as outras disciplinas do currículo escolar.

6- Transmitir conhecimentos que fortaleçam a participação dos povos indígenas na sociedade brasileira, como cidadãos, com melhores condições de gerir e defender o seu território, seus interesses e direitos, venda e aquisição de bens, uso adequado e conservação dos recursos naturais, busca de alternativas econômicas auto-sustentáveis e melhoria da qualidade de vida. Tais conhecimentos deverão contribuir para ampliar a sua capacidade de atuação sobre crítica sobre a realidade.

7- Assessorar os professores indígenas na elaboração e impressão de materiais didáticos, literários e de pesquisa, específicos para as escolas xinguanas, bem como contribuir com outros programas educacionais dirigidos a povos indígenas e não-índios.

7. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS:

O Projeto, com a duração de seis anos e iniciado em 1994, se desenvolve através de etapas intensivas e acompanhamento pedagógico aos professores indígenas nas aldeias. Trata-se de 2 etapas intensivas (uma por semestre), ministrados por especialistas, com a duração de 30 dias, seguidas de acompanhamento pedagógico às escolas indígenas nos períodos intermediários entre as etapas, realizado por profissionais qualificados.

7.1.DISCIPLINAS E GRADE CURRICULAR:

Disciplinas de Formação Geral:

- 1- Línguas:
 - 1.1.Língua Indígena
 - 1.2.Língua Portuguesa
- 2- Matemática.
- 3- História
- 4-Geografia
- 5- Ciências
- 6- Artes

Disciplinas de Formação Profissional:

- 7- Linguística
- 8- Metodologia de alfabetização
- 9- Metodologia de ensino de língua portuguesa
- 10- Literatura
- 11- Antropologia
- 12- Metodologia e Prática de Ensino
- 13- Metodologia de Pesquisa
- 14- Fundamentos da Educação Escolar Indígena
- 15- Educação Física

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
LÍNGUA INDÍGENA	440
LÍNGUA PORTUGUESA	440
MATEMÁTICA	440
HISTÓRIA	240
GEOGRAFIA	240
CIÊNCIAS	240
ANTROPOLOGIA	120

ARTES	120
LINGUÍSTICA	120
METODOLOGIA DE ALFABETIZAÇÃO	180
LITERATURA	150
METODOLOGIA DE PESQUISA	150
METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	120
METODOLOGIA E PRÁTICA DE ENSINO	200
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	120
EDUCAÇÃO FÍSICA	120
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	420
TOTAL	3.860

7.2..ESTÁGIO SUPERVISIONADO:

Consiste na atuação do professor em sala de aula, que deverá ser acompanhada semestralmente pelo assessor , devendo contemplar no mínimo 420 horas supervisionadas.

7.3..ELABORAÇÃO DE TRABALHO DE PESQUISA:

Cada professor deverá desenvolver anualmente um trabalho de pesquisa sobre algum tema referente à sua realidade sócio-cultural. Nesse sentido o professor será orientado nas etapas intensivas e na assessoria pedagógica para a elaboração destes trabalhos, que deverão ser registrados (em língua indígena e/ou português), através de textos e desenhos.

O objetivo desse trabalho é despertar no professor uma atitude de pesquisa, como forma de contribuição ao processo educacional. Estes trabalhos poderão ser usados como materiais de apoio na escola, como fonte para a elaboração de materiais didáticos e/ou de pesquisa.

7.4. ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS:

Durante as etapas intensivas e no acompanhamento pedagógico vem sendo elaborados materiais didáticos pelos professores indígenas, com a assessoria da equipe de especialistas. Estes materiais pretendem suprir a ausência de materiais didáticos que contemplem a especificidade cultural das escolas indígenas.

Outros materiais, como livros e mapas, em especial produzidos por outros programas de educação escolar indígena, deverão ser adquiridos para as bibliotecas das escolas

8. ESPECIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS DO PROGRAMA:

Não pretendemos definir conteúdos fechados em cada disciplina, porém estabelecer objetivos norteadores para a reflexão e planejamento das etapas, como vêm sendo construídas pela equipe de formação e pelos professores indígenas. Procuramos especificar propostas de trabalho e conteúdos que vêm sendo desenvolvidos durante as etapas intensivas de formação e assessoria realizados, esclarecendo que os conteúdos apresentados são apenas indicadores, podendo ser alterados ou enriquecidos, bem como introduzidos novos conteúdos de acordo com o interesse dos professores indígenas.

É importante ressaltar o caráter interdisciplinar do trabalho, uma vez que, por exemplo, um mapa das aldeias antigas pode ser utilizado tanto na disciplina de história como na de geografia, os textos produzidos a respeito desses temas podem ser escritos nas línguas indígenas ou língua portuguesa, podendo sua utilização ser direcionada para um trabalho de compreensão, leitura ou estudo da gramática.

Da mesma maneira, a matemática pode ser usada na tabulação de dados sobre saúde, por exemplo, ou associada à leitura e confecção de mapas em geografia. Textos sobre a confecção do artesanato vêm sendo utilizados na elaboração de problemas na disciplina de matemática.

Como espinha dorsal do currículo estão os temas ligados à gestão territorial, que se desdobram na preocupação pela revitalização cultural, no uso e preservação dos recursos naturais da Terra Indígena do Xingu e na relação com a sociedade não-indígena.

8.1. DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO GERAL:

LÍNGUAS:

Durante os cursos de formação, na comunicação com os assessores especialistas e entre os professores indígenas de diferentes povos a língua “franca” é português. No entanto, nos cursos de formação diferenciamos dois momentos distintos: estudo das línguas indígenas e estudo da língua portuguesa. Estes momentos de estudo linguístico também não são estanques, pois muitas comparações e análises das duas línguas são realizados pelos professores indígenas nos dois momentos de trabalho.

Como critério básico no processo de implantação do ensino diferenciado, mantivemos a mesma carga horária para o estudo das línguas indígenas e língua portuguesa. Além dos momentos específicos de estudo das línguas, em todas as disciplinas vêm sendo produzidos pelos professores indígenas textos nas línguas indígenas e na língua portuguesa, começando a nascer aos poucos na Terra Indígena do Xingu uma literatura indígena, com textos criados pelos professores participantes

sobre situações cotidianas, tendo alguns professores indígenas iniciado o registro de canções e histórias contadas pelos mais velhos.

8.1.1.- LÍNGUA INDÍGENA:

Como princípios norteadores, apresentamos os seguintes objetivos e conteúdos programáticos:

Objetivos:

1- Valorizar a língua indígena, reafirmando a importância da **oralidade** em todas as suas manifestações (no uso cotidiano, nos discursos formais e cerimoniais, na narração de histórias etc).

Esta reflexão sobre a oralidade, como instrumento fundamental para a transmissão de valores e conhecimentos vem sendo desenvolvida desde o primeiro curso com os professores indígenas.

A partir dessa perspectiva, o projeto vem propondo que se trabalhe na escola temas do universo cultural indígena, promovendo a participação, no processo escolar, de membros da comunidade, conhecedores da língua e da tradição (narradores de histórias, pajés, cantadores, especialistas diversos).

A participação dos velhos, seja no papel de “professores/narradores” ou de “conselheiros/supervisores” vem ocorrendo em muitas das escolas xinguanas. Esperamos que o debate sobre a educação escolar se amplie entre as lideranças e comunidades, para que possam trocar as diferentes experiências de integração entre a escola e a comunidade, como mais um espaço de valorização e transmissão dos conhecimentos tradicionais.

2- Desenvolver a **reflexão** meta-linguística sobre as línguas indígenas nos diferentes níveis (fonologia, gramática, léxico, semântica, discurso), visando propiciar o uso dessas línguas nos distintos campos de conhecimento e contextos sociais.

Durante os momentos de estudo das línguas indígenas vem sendo trabalhada a conscientização sobre: a estrutura fonológica, gramatical, lexical, semântica e discursiva de cada língua, inseridas nos contextos orais e sociais.

3- Desenvolver um sistema de **escrita** que possibilite o uso das línguas indígenas:

- no processo educacional, em todas as disciplinas do currículo escolar;
- como instrumento de expressão, de comunicação e de criação, nos novos contextos.
- como instrumento para desenvolver a auto-confiança, a auto-estima e valorização da língua;
- como instrumento para a documentação do saber indígena.

Conteúdos Programáticos/ Atividades:

1. Elaboração de Alfabeto:

O alfabeto da maioria das línguas indígenas da TIX vem sendo construído num trabalho conjunto entre os professores indígenas e os linguistas. O linguista tem o papel de assessorar o professor índio na reflexão linguística.

Os alfabetos são experimentados, às vezes sofrendo alterações a partir da prática da escrita e do amadurecimento dos professores com relação a reflexão sobre a própria língua.

2. Desenvolvimento do uso da ortografia, reflexão sobre as diferenças entre texto oral e escrito, estudo das regras de pontuação.

O trabalho com a ortografia ultrapassa a simples escolha de alfabetos e exige um estudo mais profundo da língua, envolvendo a morfologia, a gramática, o léxico, a semântica, o discurso.

3- Desenvolvimento das capacidades de expressão e compreensão oral, de leitura e produção de diversos tipos de textos.

Ainda é reduzido o número de materiais escritos nas línguas indígenas. Podemos afirmar que existe uma literatura “emergente”, com textos produzidos pelos professores indígenas, a maioria tratando de narração de situações vividas no cotidiano ou textos descritivos (sobre animais, sobre festas, trabalhos na roça ou de confecção de artesanato, por exemplo). Estão também surgindo, durante a assessoria, textos falando sobre higiene e saúde, criados pelos agentes de saúde e professores. Alguns professores começam também a documentar as histórias tradicionais contadas pelos mais velhos através do registro escrito da narração ou através da transcrição de fitas gravadas.

Os textos escritos vêm sendo compilados em materiais de alfabetização. É objetivo primordial do Projeto estimular e apoiar o surgimento de novos livros nas línguas indígenas.

4- Utilização da língua indígena em novos contextos, como instrumento de criação e transmissão de conhecimentos.

A assessoria linguística vem desenvolvendo um trabalho no sentido de conscientizar os professores indígenas sobre os diferentes mecanismos usados pelos falantes na criação de novos termos, ou na revitalização de termos em situação de desuso, através da pesquisa junto aos mais velhos. Este trabalho envolve a elaboração de terminologias específicas e desenvolvimento de estilos, que permitam o uso das línguas para tratar os conteúdos do currículo, bem como as novas situações decorrentes do contato. Para isso, podem ser desenvolvidas as seguintes estratégias (de acordo com Jung e Lopez, 1989 -Lima,Peru):

1. Recuperação de vocábulos a partir de pesquisas com os mais velhos e sobre áreas do conhecimento tradicional.
2. Criação de novos vocábulos a partir de recursos da própria língua.
- 3.- Recurso a empréstimos, com a devida adaptação fonológica.

Durante o estudo da língua, estas questões vêm sendo trabalhadas com os professores indígenas, como parte de sua formação enquanto linguistas.

5- Desenvolver estratégias específicas para o estudo, documentação, ensino e valorização da língua indígena, nas situações em que ela já se tornou uma segunda língua (Trumai e Yawalapiti).

8.1.2. - LÍNGUA PORTUGUESA

A disciplina terá as seguintes referências conceituais:

1- Na relação assimétrica sociedades indígenas/sociedade nacional, o domínio da língua da sociedade majoritária é importante fator de equilíbrio dessa relação, uma vez que a discriminação e o preconceito se apóiam na falta de competência comunicativa nas diversas situações de interação que ocorrem, desde as mais corriqueiras até as de maior formalidade (encontros com autoridades públicas e outras).

2- O falante no processo de aquisição de outra língua toma como ponto de partida as regras de sua própria língua. Desse modo, é importante tornar-se consciente do processo de interferência de uma língua sobre a outra.

3- A relação entre língua-padrão e variedades lingüísticas, possibilitando aqui o reconhecimento das características e contexto de uso da língua-padrão e características da variedade da língua portuguesa dos falantes indígenas e não-indígenas do Parque Indígena do Xingu.

4- O pensamento metalingüístico necessário ao trabalho docente. A reflexão metalingüística se dará sempre que possível sobre a prática discursiva oral e escrita dos professores em formação.

5- O pressuposto de que a aprendizagem da língua portuguesa deve engendrar um conhecimento reflexivo e crítico sobre a realidade sócio-cultural com que interage o aluno, daí a ênfase na leitura e produção de textos significativos, desencadeadores do processo cognitivo.

6- O conceito de integração dos conhecimentos no processo de ensino/aprendizagem fará com que a disciplina de língua portuguesa durante as etapas do Curso de Formação seja planejada a partir de um eixo temático trabalhado por todas as disciplinas.

Objetivos

1- Possibilitar o desenvolvimento da competência comunicativa em língua portuguesa, nas modalidades oral e escrita, tendo como perspectiva seu uso funcional, em contextos diferentes do contexto da língua materna.

- 2- Conhecer aspectos da estrutura da língua portuguesa através da leitura e produção de textos orais e escritos.
- 3- Conhecer a relação língua-padrão/variedade lingüística.
- 4- Conhecer as funções sociais da escrita.
- 5- Elaborar teoricamente a relação escrita/oralidade e cultura.
- 6- Desenvolver a capacidade de conhecimento crítico através da discussão compreensiva de textos de diferentes tipos.
- 7- Desenvolver a escrita como prática de reelaboração cultural e sistematização dos etno-conhecimentos.

Conteúdos Programáticos

- 1- Competência comunicativa em língua portuguesa através da conversação/exposição oral, leitura e produção de textos de diferentes tipos.
- 2- Competência comunicativa na modalidade oral de uso da língua portuguesa, de maior e/ou menor formalidade, através da reprodução/dramatização de situações de uso mais freqüentes.
- 3- Dificuldades específicas do falante de português como segunda língua, conhecidas através de atividades de conversação, leitura e produção de textos.
- 4- A questão do “erro”/hipótese no processo de construção do conhecimento.
- 5- Estrutura e organização de vários tipos de texto: narração, descrição, relatório, texto científico, poesia, prosa literária, textos publicitários, leis/decretos, cartas/cartões/bilhetes, convites, correspondência oficial, letras de música etc.
- 6- A escrita como prática de sistematização de atividade de pesquisa.
- 7- Aspectos da estrutura morfológica, sintática, semântica e gramatical da língua portuguesa, vistos através da conversação/exposição oral, leitura e produção de textos de diferentes tipos.
- 8- As funções sociais da linguagem oral e da escrita.
- 9- A importância social da leitura.

Vem sendo enfatizadas estratégias de leitura e compreensão de textos, para que os professores indígenas tornem-se leitores críticos e maduros, bem como capacitados para desenvolver estas estratégias junto aos seus alunos.

Durante o processo de formação, vêm sendo desenvolvidas as seguintes estratégias:

- Inferência do significado das palavras e do conteúdo.
- Desenvolvimento de velocidade na leitura.
- Identificação de opiniões e posicionamento.
- Habilidades de localização de itens em textos que envolvam listagens (dicionários, listas telefônicas etc).

Metodologia

A metodologia a ser seguida se fundamenta no conceito de que a aprendizagem se efetiva através do diálogo, supondo a participação ativa dos professores-cursistas, sistematizando conhecimentos prévios e processando informações novas, tendo como ponto de partida a reflexão sobre o contexto sócio-cultural e lingüístico dos professores em formação e das crianças com quem vão interagir. A metodologia definida pretende servir de referência para a prática docente nas aldeias, isto é, a metodologia do curso de formação será discutida e refletida com os cursistas enquanto possibilidade de prática pedagógica junto às crianças. Nesta diretriz metodológica, o suporte gráfico com produção de desenhos é enfatizado tanto para expressão de uma linguagem gráfica de grande valor estético pelos professores cursistas, quanto como metodologia para aquisição da língua escrita tendo em perspectiva as crianças índias.

8.1.3. MATEMÁTICA:

Objetivos:

- 1- Situar a matemática como uma atividade histórica, social e cultural, valorizando os conhecimentos matemáticos tradicionais dos povos indígenas.
- 2- Propiciar a compreensão da matemática como uma forma de explicação e atuação sobre a realidade, através da classificação, comparação, quantificação e medição.
- 3- Estimular os professores indígenas a pesquisarem as suas formas de fazer matemática.
- 4- Desenvolver o estudo da matemática estabelecendo uma ligação com a realidade, a partir de situações relacionadas tanto às práticas tradicionais quanto às práticas provenientes do contato.
- 5- Promover o estudo da matemática a partir de situações concretas vivenciadas pela comunidade, com relação às atividades de produção, comercialização e aquisição de bens.

6- Proporcionar o acesso aos conhecimentos matemáticos acumulados pela humanidade, tanto das sociedades indígenas como das sociedades não-indígenas.

Conteúdos Programáticos:

1- Números e relações numéricas:

- Estudo da nomeação e organização das quantidades de cada povo indígena.
- Comparação de quantidades.
- Sistemas de numeração (estudo dos sistemas antigos até o sistema posicional decimal).
- Sequenciação numérica.
- Compreensão do sistema de numeração decimal.
- Operações (adição, subtração, multiplicação e divisão).
- Construção e resolução de problemas com base na realidade.
- Fração.
- Porcentagem.
- Proporcionalidade.
- Números inteiros.
- Introdução à linguagem algébrica.

2- Medidas:

- Considerações métricas, de tempo e de espaço.
- Medidas de comprimento, área, capacidade, volume e massa (abordar as diversas unidades de medidas, desde as tradicionais dos povos indígenas aos padrões usados historicamente pela humanidade, estudo dos padrões de medidas regionais, nacionais e mundiais).

3- Sistema Monetário:

- História econômica da humanidade.
- Unidade monetária brasileira e de outros países.
- Operações de compra e venda.
- Relação entre mercadorias, preço e mercado.
- Operações bancárias utilizadas pelos índios (cheques, controle de extratos e aplicações financeiras, juros).
- Inflação, lucro e prejuízo.

4- Geometria:

- Estudo da simetria nos padrões de desenho das pinturas corporais e do artesanato, nas construções e na natureza.
- Classificação das formas geométricas.
- Estudo das formas planas e espaciais (elementos, propriedades e relações gerais).
- Conceito de área e volume.
- Noção de ângulo (direção).

- Proporcionalidade.
- Semelhanças

8.1.4. HISTÓRIA

Objetivos:

1- Conhecer e valorizar a história de seu povo.

- Recuperar, registrar e documentar a história de cada povo, buscando possibilitar a compreensão da realidade atual através de uma reflexão crítica da história e a reafirmação da identidade cultural.

Documentar a história do contato com os não-índios, bem como discutir os parâmetros atuais da relação dos povos da Terra Indígena do Xingu com a sociedade envolvente.

2- Estudo crítico da história do Brasil e da história universal, favorecendo o confronto de diferentes visões e versões.

Conteúdos programáticos:

1- Histórias tradicionais de cada povo, narradas pelos homens e mulheres mais velhos. A equipe vem incentivando os professores indígenas a pesquisarem e registrarem estas histórias.

2- História do contato com os não-índios vivenciada por cada povo da Terra Indígena do Xingu e história da regularização e expansão territorial destes povos.

- História do contato de povos indígenas de diversas regiões do Brasil, recuperando diversas fontes de documentação.

3- História do Brasil e da América:

3.1. Os povos indígenas (sociedade, economia, língua e cultura) na época da chegada dos portugueses ao Brasil, recuperando diversas fontes de documentação histórica.

3.2. A sociedade europeia (espanhola e portuguesa) na época das grandes navegações.

3.3. A chegada dos europeus à América e ao Brasil. A visão do europeu e a visão do índio.

3.4. A vida de povos indígenas da América, na época da invasão dos espanhóis e portugueses.

3.5. A ocupação territorial e a exploração econômica (pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, borracha).

3.6. O racismo e a escravidão dos povos indígenas e africanos.

3.7. Brasil colônia, Império e República.

Estudo da sociedade brasileira e da situação dos povos indígenas em diferentes épocas da História do Brasil, recorrendo a documentos históricos e a legislação referente a estes povos nestes períodos históricos.

- Resistência dos povos indígenas à ocupação de suas terras e à escravidão

3.8.- A imigração.

3.9 - Características étnicas da sociedade brasileira atual.

4. Política Indigenista:

4.1.- O Serviço de Proteção ao Índio e a política indigenista.

4.2.- A Fundação Nacional do Índio e a política indigenista.

4.3.- A Constituição Brasileira de 1988..

4.4.- Os movimentos indígenas.

5- História da humanidade:

5.1.- Relatos que contem aspectos da vida e cultura de alguns povos da antiguidade.

5.2.- A idade média, história do comércio, a revolução industrial, história moderna e contemporânea.

5.3. Aspectos da vida e cultura de diferentes povos do planeta.

8.1.5. GEOGRAFIA

Objetivos:

1- Documentar e preservar o conhecimento geográfico e cosmológico indígena;

2- Dominar o saber geográfico escolar, produzido pela sociedade envolvente e por outras sociedades.

3- Direcionar o estudo da geografia para que através da compreensão do espaço físico-territorial sejam desenvolvidas ações visando o uso adequado e preservação dos recursos naturais, bem como o desenvolvimento de alternativas econômicas autosustentáveis.

4- Desenvolver o estudo da geografia numa perspectiva histórica, visando a análise crítica da ocupação do território de cada povo indígena, bem como da ocupação dos não-índios sobre o território indígena.

5- Conhecer e respeitar a pluralidade cultural.

Conteúdos Programáticos:

- Organização do espaço local e regional:

1- O que é geografia - como surgiu e para que serve.

A relação sociedade/natureza :

povos indígenas e não-indígenas.

2- Território indígena: organização e produção do espaço geográfico.

-Cartografia.

- Conceito de território indígena.

- A relação natureza/sociedade indígena.

- O processo de invasão e demarcação do território indígena.

-Uso do território indígena: coleta, agricultura, caça e pesca, artesanato.

- Relação aldeia- terra indígena - cidade-Brasil-mundo.

- Alternativas econômicas visando o uso e preservação do território indígena e equilíbrio da floresta.

- Geografia cultural.

3- O estado de Mato Grosso

- Cartografia.

- O processo de invasão/ocupação do território indígena.

- A luta dos povos indígenas na conquista e utilização de seu território: as atividades econômicas dos povos indígenas.

- A apropriação e a utilização do território pelos não-índios.

- Circulação de mercadorias e pessoas.

- Mato Grosso no contexto econômico e cultural brasileiro e mundial.

- As marcas deixadas na natureza pelos não-índios.

- Os desequilíbrios ecológicos na vegetação, no solo, no clima, na hidrografia.

- Povos indígenas de Mato Grosso.

- A população não-indígena de Mato Grosso. As migrações.

- A miscigenação.

-Geografia cultural.

Organização de espaço brasileiro:

1- Cartografia indígena.

2- O processo de invasão e ocupação do território brasileiro.

3- Apropriação, utilização e conservação do território pelos povos indígenas:

-quem e quantos somos hoje.

- onde e como vivemos.

- como a natureza é utilizada pelos povos indígenas do Brasil.

-Economia: caça e pesca, coleta, agricultura, extrativismo e artesanato.

- Comércio entre índios e não-índios.

- A questão ambiental dentro dos territórios indígenas no Brasil.

4- Apropriação e utilização do território brasileiro pelos não-índios:

- Como a natureza é utilizada pelos não-índios.

- Os muitos “países” dentro de um só: os grandes contrastes regionais, a configuração do centro e a periferia.
- A indústria definindo a organização do espaço geográfico dos não-índios.
- A economia brasileira atual: extrativismo vegetal e mineral, indústria, agricultura e pecuária, comércio interno e externo.
- A chegada dos estrangeiros brancos e negros.
- A miscigenação.
- Onde e como vivem os brasileiros da cidade e do campo.
- Somos iguais e diferentes: possíveis relações entre índios e não-índios.
- As marcas deixadas pela natureza pelos não-índios, os grandes desequilíbrios ecológicos.

5- O Brasil no contexto internacional: país de periferia, industrializado e subdesenvolvido.

- Organização de espaço mundial:

1- Apropriação, utilização e conservação do espaço mundial pelos povos indígenas. A questão ambiental nas áreas indígenas do mundo.

2- Apropriação, utilização e conservação do espaço geográfico pelos não-índios:

-A desordem mundial: determinantes históricos, políticos e econômicos como critério de regionalização.

- Processo de industrialização e urbanização na edificação do espaço mundial.

- Conceitos de centro e periferia. Configuração do centro: acumulação, imperialismo e multinacionais. Análise de um estudo de caso, como o Japão.

- Configuração da periferia, a questão de dependência e das desigualdades sociais. Estudo de caso.

-O mundo da economia planificada.

- A globalização da economia.

- As marcas deixadas na natureza pelos não-índios e desequilíbrios ecológicos.

- Grupos étnicos do planeta Terra.

- Somos iguais e diferentes: possíveis relações entre índios e não-índios.

8.1.6. CIÊNCIAS:

Objetivos

1- Desenvolver o estudo das relações dos seres vivos entre si e com o meio-ambiente, valorizando os sistemas de conhecimentos indígenas, como a classificação, manejo de espécies vegetais e animais, dos recursos naturais, conhecimentos astronômicos e espirituais.

2- Estudar os fenômenos da natureza através das concepções indígenas e não-indígenas.

3- Estudar as transformações que os seres humanos realizam sobre o meio-ambiente, analisando as consequências positivas ou negativas dessa interferência, ressaltando a importância do uso adequado e da preservação dos recursos naturais não-renováveis.

4- Estabelecer a relação entre saúde e meio-ambiente, buscando alternativas para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida.

5- Promover um trabalho de educação para a saúde visando a melhoria das condições de vida e de saneamento, como forma de prevenção das doenças surgidas após o contato.

6- Valorizar a medicina tradicional indígena, ressaltando a importância dos especialistas em plantas medicinais e dos pajés.

Conteúdos Programáticos:

1-. Estudo do tempo relacionado ao meio-ambiente e à cultura :

- Alterações sazonais da natureza, que determinam a colheita, coleta e a extração de produtos da floresta, a caça e a pesca, o uso de instrumentos diversos para a obtenção de alimentos de acordo com a época.
- O tempo relacionado ao ciclo de festas, à confecção de artesanato, aos ritos de passagem, às excursões pela floresta, o trabalho da roça, preparo de alimentos.
- O tempo relacionado à alimentação e à saúde.
- Calendário escolar.

2-. Os animais e as plantas (Levantamento das formas de classificação e de manejo de espécies tradicionais dos povos indígenas/ compreensão da taxonomia utilizada pelos não-índios). Estudo das plantas nativas e cultivadas, ressaltando a importância da preservação de espécies..

3.- Educação e saúde:

- As formas tradicionais de uso dos recursos naturais.
- As atividades predatórias e suas consequências para o homem e o ambiente:
O desmatamento; a erosão; os agentes poluidores do ar, da água e do solo (queimadas, agrotóxicos, mercúrio, garimpos, lixo orgânico e inorgânico, radiação e lixo nuclear).
- Alterações climáticas e ambientais..
- Extinção de plantas e animais.
- Levantamento dos problemas ambientais enfrentados pelos povos da Terra Indígena do Xingu e estudo de estratégias de enfrentamento destes problemas, tais como:
 - Nascentes dos rios fora da Terra Indígena.
 - Poluição das águas pelos fazendeiros, madeireiros e mineradores.
 - Controle interno da preservação do rio.

- Controle interno do lixo, contaminação causada por pillhas.
- Queimadas.
- Invasões.

4 - Alternativas econômicas auto-sustentáveis que garantam a preservação do meio-ambiente e possam reverter quadros de degradação ambiental:

- Reflorestamento.
- Consórcio agro-florestal.
- Exploração racional e aproveitamento dos produtos da floresta.
- Manejo de fauna / criação de animais silvestres.

5- Corpo humano

Estudo do corpo humano a partir do levantamento das classificações e concepções indígenas a esse respeito.

Comparação com os conhecimentos dos não-índios.

6- Doenças antes do contato com os não-índios, formas de prevenção e cura.

A representação da doença e sua prevenção para o índio.

- Doenças mais frequentes nas áreas indígenas, identificando as causas, sintomas e formas de prevenção (sarampo, gripe, cáries, doenças sexualmente transmissíveis etc).
- Saneamento básico e cuidados pessoais para a prevenção de doenças (diarréia, escabiose etc)..
- Doenças transmissíveis e o contato entorno da área indígena..
- Alcoolismo.
- Mapeamento da situação de saúde e doença em cada povo.

7- Pesquisa da medicina tradicional:

Os pajés e os especialistas em plantas medicinais.

8- Alimentos:

- Alimentação tradicional.
- Composição e valor nutritivo dos alimentos tradicionais e não-tradicionais.
- Restrições alimentares de cada povo.
- A adoção da alimentação não-indígena e suas consequências para a saúde.

9- Energia:

- Luz, calor, som, movimento, gravidade, eletricidade, magnetismo, combustão.
- Fontes naturais e artificiais de energia.

8.1.7..ARTES:

Objetivos:

O objetivo geral da disciplina de Artes na formação dos professores é discutir o conceito de “arte” e “linguagem artística” enquanto manifestação de uma necessidade estética e expressiva de caráter universal, de forma a permitir que os índios da TIX se vejam refletidos nessa concepção. Ao mesmo tempo considerar as funções da arte no âmbito das demais disciplinas, enquanto recurso que estimula a ação criativa e o desenvolvimento da imaginação, da fantasia e da sensibilidade.

- 1- Refletir sobre a dimensão do “olhar artístico” na realidade que nos cerca.
- 2- Refletir sobre a capacidade humana de integrar experiências e idéias através da linguagem artística.
- 3- Perceber, interpretar e usar as diferentes formas de expressão e comunicação nos diversos campos da arte, como música, dança, artes plásticas, artes cênicas, poesia e literatura, integrando-as às habilidades já presentes na cultura indígena.
- 4- Despertar nos professores indígenas a compreensão do sentido educativo da arte, identificando e valorizando estas manifestações dentro de sua própria cultura, e o que as singulariza frente a outras culturas, indígenas ou não; refletir de que maneira estas manifestações poderão ser tratadas no âmbito da escola ou do processo de ensino-aprendizagem.
- 5- Valorizar o desenvolvimento da intuição, imaginação, invenção e exploração lúdica, todas necessárias para a construção do conhecimento formal.

Conteúdos Programáticos:

- 1- Estudo das manifestações artísticas da humanidade, através da abordagem da “História da Arte”.
- 2- Estudo das manifestações artísticas dos povos indígenas (elementos decorativos e simbólicos presentes nos objetos de uso cotidiano e ritual, arquitetura, música, dança, literatura oral e escrita, narrativas ritualizadas etc), respeitando os papéis sociais envolvidos nessas manifestações.
- 3- Oficinas de:
 - desenho e pintura (espontâneo e temático);
 - história em quadrinhos;
 - música e canto;
 - poesia;
 - dramatização
 - produção e exploração de instrumentos musicais
 - produção de material didático pedagógico

8.2.DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

8.2.1. . LINGUÍSTICA:

Objetivos:

A Linguística oferece subsídios aos professores indígenas, para o estudo e reflexão sobre suas línguas, propiciando a conscientização sobre o funcionamento das mesmas, possibilitando:

- controle e aperfeiçoamento da expressão escrita.
- melhores condições para comparação dos sistemas linguísticos.
- maior segurança no aprendizado de outras línguas.
- definição de grafia e ortografia.
- elaboração de materiais didáticos.
- definição de metodologias.
- reflexão sobre a normatização e padronização da língua escrita.
- desenvolvimento de novos estilos.

Pretende-se durante o processo de formação que os professores indígenas se tornem pesquisadores de sua própria língua, inclusive que possam a longo prazo, compreender e utilizar os materiais linguísticos existentes, bem como produzir novas pesquisas.

Outro objetivo da disciplina é introduzir noções de sócilinguística, tendo em vista oferecer subsídios aos professores índios para compreender, identificar e acompanhar a situação linguística de suas aldeias/ áreas indígenas e orientar metodologias e estratégias de trabalho na escola.

Para atender os objetivos propostos, a equipe de linguistas, em conjunto com os educadores, vem trabalhando tanto nas disciplinas de línguas indígenas quanto em língua portuguesa, os seguintes conteúdos programáticos:

1. A natureza da linguagem:

- As características da linguagem.
 - Língua falada e língua escrita.
- A história da escrita: os distintos tipos de escrita.
O caráter convencional do código escrito.

2. A língua e seu estudo:

Fonologia
Morfologia
Sintaxe
Semântica

Pragmática

3- Reflexões sobre a língua, o indivíduo e a sociedade:

- Aquisição da língua materna
- Bilinguismo/ plurilinguismo
- Aquisição da língua portuguesa.
- Língua e poder.
- Variação e mudança linguística.
- Língua e educação escolar:

Educação Bilíngue.

A língua materna na educação bilíngue.

8.2.2.. METODOLOGIA DE ALFABETIZAÇÃO:

Os objetivos e conteúdos programáticos descritos se aplicam no ensino das línguas indígenas e língua portuguesa.

Objetivos:

1- Desenvolver a reflexão de que, no processo de aprender a ler e escrever, a ênfase deve estar desde o início na construção do significado, ou seja, as habilidades de decodificação são necessárias, mas não são suficientes para definir o processo de leitura e escrita.

2- Capacitar os professores indígenas para serem alfabetizadores, numa perspectiva que considere tanto o processo de aquisição da base alfabética, quanto a aproximação e o uso sistemático de diferentes tipos de textos.

3- Promover o estudo da evolução da escrita ao longo da história da humanidade e a evolução da escrita das pessoas que iniciam o processo de alfabetização, explicitando que esse processo implica em uma construção e não se reduz a um aprendizado mecânico de um código.

4- Ressaltar a importância da produção escrita dos alunos, durante todas as fases do processo de alfabetização.

5- Conscientizar os professores da importância do uso de diversos tipos de textos (cotidianos, literários, descritivos, informativos etc), considerando-os como materiais didáticos no processo de alfabetização.

6- Promover a reflexão sobre a importância da cultura oral acumulada para o processo de alfabetização, utilizando nas aulas registros escritos de histórias, canções, receitas culinárias da cultura indígena. Ao mesmo tempo refletir sobre a necessidade do processo de alfabetização estar orientado por temas que façam parte da realidade e do contexto sócio-cultural de seus alunos.

7- Desenvolver com os professores atividades de leitura de diversos tipos de textos, refletindo sobre a importância da leitura como uma atividade a ser realizada com seus alunos, desde o início do processo de alfabetização, incentivando também os alunos a “lerem”, através da pseudo-leitura.

8- Promover a reflexão sobre a importância da manutenção da tradição oral, através de narrativas de histórias dentro da escola, que pode ser realizada pelo professor e por outras pessoas da comunidade.

9- Promover a reflexão sobre a importância da interação entre os alunos na construção do conhecimento.

10- Propiciar a compreensão de que no processo de aquisição do conhecimento, tanto o individual quanto o social, ocorrem os chamados “erros construtivos”, não se tratando de erros, mas de etapas do processo de compreensão do sistema alfabético.

11- Oferecer subsídios aos professores indígenas para que sejam capazes de elaborar atividades adequadas aos níveis de aquisição da língua escrita de seus alunos, tornando-se agentes criativos na construção de uma metodologia própria de ensino, e não simples reprodutores de modelos já existentes.

Conteúdos Programáticos:

1- Estudo das fases de aquisição da escrita a partir da observação dos alunos das escolas indígenas. Este trabalho vem se dando durante a assessoria, quando é possível um melhor acompanhamento dos alunos das escolas indígenas, e nos cursos de formação, ocasiões em que o professor apresenta cadernos e atividades desenvolvidas por seus alunos e o seu diário de classe.

2- Atividades pedagógicas variadas a serem trabalhadas de acordo com o estágio de aquisição de escrita dos alunos.

3- A elaboração de textos e atividades pedagógicas a serem utilizados como materiais didáticos nas diversas fases de aquisição da escrita.

4-- O papel do reconto oral, da pseudo-leitura e da reescrita de textos conhecidos, no processo de alfabetização.

8.2.3. METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA:

A disciplina será trabalhada tendo as seguintes referências conceituais:

1- O conceito de que a língua expressa as relações sócio-culturais específicas de um contexto de conflito interétnico, integra uma rede de conhecimentos prático-teóricos e constitui um sujeito falante, no dinamismo de seu uso. O domínio de seu uso, nas

variedades possíveis, na escola, se dará através da exposição e/ou produção de textos significativos e contextualizados, nas modalidades oral e escrita.

2- O conceito de *diglossia* - da sociolinguística - que parte da consideração de que o contexto de línguas em contato em situação assimétrica, quando uma das línguas é falada pelo grupo dominante sócio, política e economicamente, pode provocar a substituição de um uso lingüístico, restringindo os domínios sociais de uso da língua indígena. Na Terra Indígena do Xingu, o contexto de multilingüismo é reflexo da interação sócio-cultural que caracteriza aquele território indígena. A realidade de contato interétnico construído antes do contato com a sociedade nacional constituiu uma situação sociolinguística em que relações interétnicas simétricas favorecem o multilingüismo e relações interétnicas assimétricas (com a sociedade nacional) favorecem a dominância da língua nacional que, no contexto de multilingüismo, funciona como uma “língua franca”. A formação do professor indígena e sua prática pedagógica desenvolveriam o conhecimento sistematizado dessa realidade sócio-cultural e a reflexão de estratégias de intervenção nessa tendência principal de deslocamento/substituição do uso lingüístico, servindo de suporte para a consciência sobre o comportamento lingüístico que mantivesse o multilingüismo.

3- O conceito de “erro”/hipótese, tanto no processo de aquisição da escrita quanto no processo de aquisição da língua dominante, constituinte do processo de desenvolvimento cognitivo, leva à concepção da participação ativa do discente, anulando uma pedagogia mecanicista de “correção” das explorações tentativas do discente. O conceito assimila as estratégias cognitivas de cada sujeito na construção/sistematização de conhecimentos no espaço de trânsito intra e intercultural.

4- A consideração de que a aquisição da competência comunicativa no uso da língua portuguesa partirá da oralidade, reproduzindo as situações de uso mais freqüentes para a compreensão do contexto de interação e do sentido das escolhas lingüísticas.

5- A consideração de que o uso da língua portuguesa pelos falantes xinguanos também poderá servir de veículo da especificidade sócio-cultural intra e intercultural dessas sociedades.

Objetivos

1- Discutir as formas de aprendizagem de outra língua, detalhando as atividades pedagógicas que facilitam sua aquisição, na modalidade oral.

2- Conhecer a situação sócio-cultural das línguas em situação de contato, em termos de multilingüismo/bilingüismo e diglossia.

3- Produzir materiais didáticos para a aquisição da língua portuguesa nas modalidades oral e escrita.

8.2.4.LITERATURA:

Objetivos:

1- Refletir sobre a linguagem literária como manifestação da criatividade.

O texto literário de base oral será o ponto de partida para essa etapa, levando em consideração a defasagem entre produção literária escrita em língua portuguesa e o processo recente de constituição da escrita nas línguas indígenas.

2- Ampliar a competência na leitura e produção de textos nas línguas indígenas e portuguesa através do texto literário escrito.

Conteúdos Programáticos:

1- Sistematização das características do texto literário em termos de função poética da linguagem (conotação e denotação) na prosa, discursos cerimoniais, poesias e canções.

2- Diversificação dos materiais didáticos usados pelos professores através do trabalho com o texto literário escrito.

3- Reflexão sobre a produção literária no uso oral das línguas indígenas.

4- Incentivo à criação, pelos professores índios, de textos literários em prosa e verso, em língua portuguesa e língua indígena.

8.2.5. ANTROPOLOGIA:

Objetivos:

1- Estimular os professores indígenas a se tornarem pesquisadores de sua cultura, buscando conhecimentos junto aos homens e mulheres mais velhos da comunidade. Conscientizá-los da importância da valorização do saber tradicional, inclusive através da escola.

2- Promover a valorização da expressão narrativa e da oralidade como instrumento de transmissão de valores e conhecimentos tradicionais.

3- Promover a análise do conceito de cultura e uma reflexão sobre o respeito à diversidade cultural, através do estudo de sociedades indígenas e não-indígenas.

4- Promover a troca de conhecimentos entre os povos envolvidos no Projeto, estimulando o respeito e a cooperação.

5- Promover a reflexão sobre os processos educacionais (não escolares) nas sociedades indígenas.

6- Refletir sobre as relações sociais, econômicas e políticas nas sociedades indígenas antes e após o contato, analisando as mudanças decorrentes do convívio com a sociedade não-indígena.

7- Refletir sobre as relações sociais, econômicas e políticas na sociedade brasileira.

8- Possibilitar a discussão e avaliação da política indigenista no Brasil, através da análise da situação legal das terras indígenas, das lutas de diversos povos para a manutenção de seu território, seus direitos e tradições; da legislação vigente referente aos povos indígenas.

Conteúdos Programáticos:

1- Análise do conceito de cultura e da diversidade cultural.

Oposição entre respeito à diferença cultural e preconceito. Discussão sobre racismo, etnocentrismo, conflitos étnicos e raciais..

2- Estudo das relações sociais e econômicas nas sociedades indígenas:

Parentesco e casamento.

Chefia/ Organização política

Cooperação

Festas

A educação e o tratamento às crianças e idosos.

Roça, caça, pesca e coleta.

Trocas

Alimentos

3- Estudo das relações sociais e econômicas na sociedade brasileira:

- Parentesco e casamento

- Organização política

- Classes sociais

- A educação e o tratamento de crianças e velhos (violência, crianças de rua, asilos).

- Relações de trabalho.

- Vida urbana x rural.

- A indústria, a agricultura e pecuária, a mineração.

- Distribuição de renda.

- Emprego.

- Trabalho escravo na história do Brasil e exemplos atuais.

4- A cosmologia e o sobrenatural: a importância dos pajés e das narrativas tradicionais.

5- Situação legal das terras indígenas e as lutas empreendidas por diversos povos visando sua regularização e a retirada de invasores.

Mudanças na vida tradicional (relações econômicas, sociais e políticas) como consequência do contato (situações vividas por diferentes povos).

Legislação referente aos povos indígenas.

Manutenção e/ou revitalização da cultura (situação de diferentes povos/ a escola).

8.2.6.. METODOLOGIA E PRÁTICA DE ENSINO:

Objetivos:

1- Propiciar aos professores a reflexão sobre sua prática pedagógica e seus instrumentos (materiais diversos como jogos, livros, mapas; confeccionados pelo professor e seus alunos, obtidos na natureza).

2- Orientar e discutir a elaboração de planejamento de aula e o registro de sua prática no diário de classe, como instrumento de documentação e reflexão de seu próprio trabalho.

3- Orientar e discutir sobre as formas de avaliação do aprendizado dos alunos e do seu próprio desempenho enquanto professor.

4- Promover a troca de experiência entre os professores.

5- Refletir sobre as diferenças entre as formas tradicionais de transmissão de conhecimentos e os procedimentos dedutivos e indutivos implícitos no processo de ensino escolar.

6- Promover a análise crítica de diferentes materiais didáticos.

7- Envolver os professores indígenas na elaboração de um currículo e um calendário escolar diferenciados e específicos para suas escolas.

8- Oferecer subsídios para a organização da documentação escolar.

Conteúdos Programáticos:

1- Situações-problemas levantados a partir da prática pedagógica dos professores nas aldeias.

2- Experiências educacionais variadas, como subsídios ao aperfeiçoamento da prática pedagógica dos professores indígenas.

3- Orientações para motivação, aprendizado e planejamento das aulas, ressaltando a necessidade de que sejam desenvolvidas atividades lúdicas (jogos, brincadeiras, música, dramatizações, desenho), de produção oral e escrita.

4- O diário de classe como:

- registro das atividades pedagógicas
- instrumento de reflexão do próprio trabalho
- acompanhamento do desenvolvimento dos alunos e avaliação do trabalho do professor.

O diário de classe tem sido utilizado como instrumento de acompanhamento e avaliação do trabalho do professor.

5- As diferentes formas de avaliação (formativa, diagnóstica e somativa - de acordo com a Proposta de Currículo de Formação de Professores Indígenas-CPI/AC,1996), esclarecendo o objetivo de cada uma delas:

8.2.7.- METODOLOGIA DE PESQUISA

Objetivos:

1- Fornecer subsídios para que se possa resgatar, registrar e documentar a própria cultura, bem como sua interface com a sociedade envolvente.

2- Discutir o valor do conhecimento sistematizado para a tomada de decisões, tanto anível de atuação pedagógica quanto nas interferências decorrentes da relação com a sociedade nacional.

3- A sistematização de dados como subsídios para a elaboração de projetos.

4- Discutir as etapas de uma pesquisa, desde a definição do objeto até a sua análise.

Conteúdos Programáticos:

1- Elaboração de roteiros, questionários, observação participante, coleta e sistematização de dados, relatórios, análise e apresentação de conclusões.

2- Prática de elaboração de projetos.

3- Transcrição de fitas.

8.2.8.- EDUCAÇÃO FÍSICA

A falta de atividade física não é um problema para os povos da TIX. O contato permanente com a natureza e a necessidade de sobrevivência fazem com que, desde cedo, as crianças desenvolvam habilidades relacionadas com equilíbrio, motricidade, coordenação motora etc.

Embora as atividades físicas sejam constantes no dia-a-dia xinguano, os povos da TIX têm, como qualquer cultura, jogos esportivos tradicionais, tais como: a luta huka-huka, jogo de bola de mangaba com o joelho, jogo de tacos com coquinho, corrida de tora etc. O contato com a sociedade brasileira fez com que o futebol substituísse em grande parte os jogos tradicionais.

Objetivo:

1- Reavivar os jogos tradicionais e mostrar outros tipos de jogos de interesse dos alunos.

Conteúdos Programáticos:

1- Pesquisa junto aos mais velhos para a realização dos jogos tradicionais.

2- Apresentação de modalidades esportivas relacionadas com jogos de quadra: basquete, vôlei etc, de acordo com o interesse dos professores e alunos.

8.2.9.FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA:

Objetivos:

1- Promover com os professores indígenas uma reflexão sobre a história da escola na sua própria aldeia e na área indígena.

2- Refletir sobre a história da educação no Brasil, relacionada com o contexto social, econômico e político da sociedade brasileira.

3- Relacionar a história da educação escolar indígena com a política indigenista oficial.

Conteúdos Programáticos:

1- História da escola na aldeia e na Terra Indígena do Xingu..

2- Pesquisa sobre as práticas educacionais tradicionais na sociedade indígena.

3- Fases da educação escolar indígena (de acordo com Ferreira/1992)

- Educação jesuítica e a prática da catequese - primórdios da educação escolar dirigida aos povos indígenas.
- Educação escolar de cunho integracionista.
- Projetos alternativos de educação desenvolvidos por ONGS.

4- Educação escolar no Brasil.

Contraste entre a escolarização nas áreas rurais e urbanas.

Exclusão social e educação (a desistência escolar, os exames seletivos, a desproporção entre alunos que iniciam a escola primária e os que conseguem chegar à universidade).

5- As leis aplicadas à educação.

9. METODOLOGIA DO PROJETO DE FORMAÇÃO:

A metodologia que norteia a proposta curricular de formação aqui apresentada fundamenta-se na valorização e reconhecimento dos conhecimentos prévios dos indivíduos como ponto de partida para o estudo de novos conteúdos. O modelo de construtivismo apontado na Proposta Curricular para as Escolas Indígenas do Acre/CPI, 1994 indica as bases para este Projeto:

“Por apropriação construtiva, entende-se a internalização da informação feita pelo aluno a partir de variáveis compreendidas pelo gênero/idade: o aluno incorpora a informação, a constrói internamente, a partir de esquemas culturais e cognitivos próprios - ele assim (re)constrói a informação, a faz sua, e é capaz de aplicá-la em seus próprios termos”.

O conhecimento apropriado pelo aluno, dessa maneira, permite que ele amplie sua compreensão sobre a realidade, sendo possível elaborar explicações mais complexas sobre a realidade e promover mudanças, tanto a nível individual como coletivo.

A abordagem dos conteúdos de cada disciplina deverá valorizar os conhecimentos indígenas, ao mesmo tempo oferecendo informações e promovendo a seleção e análise crítica da tecnologia e dos conhecimentos universais.

Uma outra preocupação metodológica, que norteia toda a proposta pedagógica aqui apresentada é a integração da escola à vida comunitária, relacionada às práticas cotidianas e promovendo a reflexão/atuação em todos os aspectos da realidade sócio-econômica da comunidade, envolvida na resolução e melhoria das condições de saúde, na preservação e no uso dos recursos naturais, na busca de alternativas econômicas auto-sustentáveis, na defesa da terra.

Nessa perspectiva, a formação dos professores indígenas deverá abranger temas relacionados a sobrevivência material e cultural destes povos, ao estudo das formas tradicionais e a busca de alternativas econômicas auto-sustentáveis que permitam o uso adequado e a preservação dos recursos naturais, que contribuam para o estabelecimento de relações com a sociedade não-indígena envolvente, de maneira a assegurar a defesa da integridade de seu território e oferecendo subsídios para que os próprios índios realizem este gerenciamento.

Os professores indígenas são levados a participar do processo de formação como agentes/ sujeitos, no estudo de todas as disciplinas, na investigação linguística, na elaboração de ortografia para as línguas indígenas e na criação de materiais didáticos.

Em relação ao estudo das línguas indígenas e da língua portuguesa, a metodologia adotada é a comunicativa, na qual a oralidade cumpre um papel fundamental. O estudo das línguas indígenas, promovido com a participação ativa dos professores índios, deverá desenvolver-se de maneira que permita a atualização destas línguas, não apenas como reprodutoras do passado tradicional, mas como um instrumento dinâmico, que possibilite seu uso em todas as áreas de conhecimento, tanto os tradicionais, como os incorporados através de uma seleção e análise crítica do saber universal.

Um aspecto fundamental da proposta metodológica de formação de professores indígenas é o desenvolvimento de sua formação como pesquisadores de sua própria cultura, produzindo materiais didáticos diversos, nas línguas indígenas e na língua portuguesa, tais como dicionários, gramáticas, textos literários, jornalísticos, enciclopédicos, instrucionais, teóricos, de uso cotidiano, não apenas para o estudo linguístico, mas contemplando também o estudo das disciplinas de geografia, história, ciências, matemática e das disciplinas específicas do magistério.

10. AVALIAÇÃO:

Entende-se avaliação como um processo que considere as dificuldades e avanços de cada professor indígena em formação, tanto no seu desenvolvimento acadêmico quanto pedagógico. Será privilegiada a avaliação contínua, com o objetivo de que a equipe de educadores do Curso possam desenvolver estratégias específicas para suprir as deficiências do professor índio. Não serão apenas eles os avaliados, mas a própria equipe responsável pela formação, que deverá, a cada etapa, auto-avaliar-se, procurando reorientar sua prática no sentido de obter dos professores em formação um melhor rendimento e a superação de suas dificuldades.

A equipe de coordenação e execução do Projeto deverá realizar reuniões de avaliação e produzir relatórios periódicos do trabalho desenvolvido.

A avaliação contínua será desenvolvida durante as etapas de Curso e no processo de assessoria, observando os avanços e dificuldades dos professores índios, tanto na aquisição/desenvolvimento de habilidades individuais (capacidade de expressar-se oralmente e por escrito, capacidade de observação, análise, registro,

pesquisa), como no desempenho em sala de aula (metodologia e orientações pedagógicas de suas aulas, relação professor/alunos, alunos/alunos, professor/comunidade, registro e avaliação de sua prática pedagógica).

Na avaliação contínua serão tomados como referência os relatórios dos professores responsáveis pelo Curso e dos assessores que realizam o acompanhamento pedagógico. Os professores indígenas também deverão realizar auto-avaliações, indicando seu aproveitamento no processo de formação, suas dificuldades e expectativas com relação ao aprendizado. Também a comunidade será ouvida, avaliando o desempenho dos professores em suas aldeias.

Como procedimento visando uma melhor organização do trabalho, cada professor indígena terá uma ficha individual de acompanhamento, onde serão anotadas observações sobre sua participação e aproveitamento no Curso, bem como sua atuação pedagógica, acompanhada pela assessoria.

Cada professor indígena deverá desenvolver, além de sua atuação pedagógica cotidiana na escola, um trabalho de pesquisa, para o qual a equipe responsável pela formação deverá colaborar com orientações. O professor deve utilizar formas de registro (o trabalho poderá ser feito em língua indígena ou língua portuguesa, pode ser utilizado o desenho ou qualquer outro tipo de instrumento de registro).

11. CRITÉRIOS QUE ORIENTARÃO A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO:

Os professores indígenas devem ser escolhidos por suas comunidades. Devem possuir um conhecimento mínimo da língua portuguesa, que lhes permita falar e escrever em português, mesmo que tenham dificuldade na oralidade e escrita dessa língua.

Cada comunidade deverá mandar no mínimo 2 professores para o Curso. Este número poderá ser ampliado, de acordo com o número de alunos de cada escola.

12. EQUIPE RESPONSÁVEL:

André Villas Boas	Coordenador do Programa Xingu
Maria Cristina Troncarelli	Coordenadora Pedagógica do Projeto de Formação de Professores Indígenas da Terra do Xingu.
Estela Würker	Educadora responsável pela organização do material didático e assessoria aos professores indígenas.
Bruna Franchetto	Linguista e antropóloga responsável pela assessoria linguística aos Kuikuro, Kalapalo, Matipu e Nahukwá.
Lucy Seki	Linguista, responsável pela assessoria linguística aos Kamaiurá e Kayabi, coordenadora do Projeto

	de Documentação das Línguas Indígenas da Terra Indígena do Xingu.
Susana Grillo	Educadora, responsável pela disciplina de Língua Portuguesa, metodologia de alfabetização
Pedro Paulo Scandiuzzi	Matemático responsável por esta disciplina. .
Roseli Alvarenga	Matemática responsável por esta disciplina..
Mônica Soares Pechincha	Antropóloga, assessoria antropológica .
Renato Gavazzi	Geógrafo, responsável pela disciplina de Geografia.
Luciana Dourado	Linguista, assessoria linguística aos Panara.
Ludoviko C. dos Santos	Linguista, assessoria aos Suiá e Tapaiuna.
Cristina Fargetti	Linguista, assessoria aos Yudjá.
Cilene Campettela e FranTomé Pacheco	Linguista, assessoria aos Ikpeng.
Marcela Stuckler	Linguista, assessoria aos Aweti.
Angel Corbera	Linguista, assessoria aos Mehinaku e Waurá.
Raquel Guirardello	Linguista, assessoria aos Trumai.
Wilmar D'Angelo	Linguista, assessoria aos Metyktire
Vera Feitosa	Editoração eletrônica.

São responsáveis pela elaboração desta proposta os seguintes profissionais:

Organização Geral: Maria Cristina Troncarelli (Coordenadora Pedagógica do Projeto/ISA- Instituto Socioambiental).

Línguas Indígenas e Linguística: Lucy Seki (Proposta Curricular de Formação de Professores Indígenas de Rondônia/IAMÁ), com a contribuição de Bruna Franchetto.

Língua Portuguesa, Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura - Susana Grillo.

Matemática - Jackeline Mendes (Proposta Curricular/IAMÁ), com a contribuição de Pedro Paulo Scandiuzzi e Roseli Alvarenga.

Antropologia - Maria Cristina Troncarelli e Betty Mindlin (Proposta Curricular/IAMÁ), com a contribuição de Bruna Franchetto.

Geografia - Renato Gavazzi (Proposta Curricular CPI/AC), com a contribuição de Maria Cristina Troncarelli, Bruna Franchetto, Estela Würker, Marina Kahn e Susana Grillo.

História - Maria Cristina Troncarelli e Jackeline Mendes (Proposta Curricular/IAMÁ), com a contribuição de Estela Würker e Bruna Franchetto.

Ciências - Maria Cristina Troncarelli e Jackeline Mendes (Proposta Curricular/IAMÁ), com a contribuição de Estela Würker, Sofia Mendonça (EPM) e Bruna Franchetto.

Artes - Marina Kahn, com a contribuição de Jussara Gruber.

Metodologia de alfabetização- Maria Cristina Troncarelli, Aloma Carvalho e Maria Cristina Pereira (Proposta Curricular/IAMÁ).

Metodologia e Prática de Ensino - Maria Cristina Troncarelli, Susana Grillo, Estela Würker e Marina Kahn.

Metodologia de Pesquisa - Susana Grillo, Estela Würker e Bruna Franchetto.

Fundamentos da Educação Escolar Indígena - Maria Cristina Troncarelli, Susana Grillo, Estela Würker e Marina Kahn.

Educação Física - Estela Würker.

Contexto - Bruna Franchetto

Bases Legais - Susana Grillo.

Apresentação, história da educação escolar na TIX, bases conceituais, metodologia, avaliação - Maria Cristina Troncarelli.

Revisão da proposta - Maria Cristina Troncarelli, Estela Würker, Marina Kahn, Susana Grillo e Bruna Franchetto.

BIBLIOGRAFIA:

- Agostinho, p. 1972 "Information concerning the territorial and demographic situation in the Alto Xingu". In W. Postal (ed.), The Situation of the Indians of South America, World Council Churches, Geneva.

- Amodio, Emannuele - "Materiales de apoyo a la formacion docente en educacion bilíngue intercultural", Cultura 1, UNESCO, Chile, 1988.

- Báez- Jorge, Félix y Balderas, Amado Rivera - "La educacion bilíngue - bicultural - Encrucijada de las lealtades etnicas y los conflictos de clase".

- Basso. E. B. 1969 **Xingu Society**. Tese de Doutorado. Univesity of Chicago, Chicago.

- Braggio, Silvia Lucia Bigonjal. **Leitura e Alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolingüística**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1992.

- Cardoso de Oliveira, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutura**. São Paulo, Pioneira, 1976.

-Ceccon, Claudius; Ribeiro, Marcus V. e Alencar, Chico - "**Brasil Vivo**" Vol. 1 e 2. Ed. Vozes, Petrópolis, 1994.

- Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional - Consejo Nacional de Fomento educativo y Departamento de

Investigaciones Educativas- **“Dialogar y Descubrir - Manual del Instrutor Comunitário”** - México/ 1976.

- CIMI - **“Com as próprias mãos”** - Professores Indígenas Construindo a Autonomia de suas escolas - Brasília/DF, 1992.

- CPI/AC- Comissão Pró-Índio do Acre - **Geografia Indígena**, Acre, 1993.

- Comitê de Educação Escolar Indígena - MEC/SEF/ DPEF, Brasília, 1994 **“Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena”**.-

- Conselho Estadual de Educação do Acre - **Parecer 171/93** aprovando Proposta Curricular Bilingue e Intercultural para as escolas indígenas do Acre..

-Convênio CPI/AC (Comissão Pró-índio do Acre) - SEC/AC (Secretaria Estadual de Educação do Acre.- **“Proposta Curricular Bilingue Intercultural para as escolas indígenas do Acre”**).

- D'Ambrosio, U. - **“Da realidade à ação; Reflexões sobre Educação Matemática”** - Ed. UNICAMP, Campinas/SP.

- Davis, Claudia e Oliveira, Zilma de - **“Psicologia na Educação”** - Série Formação do Professor - Coleção Magistério Segundo Grau - Ed. Cortez, 1990.

- Deheinzeln, Monique - **“A fome com a vontade de comer- Uma proposta curricular de educação infantil”**, Ed. Vozes, SP/ 1994.

- Fernandes, Florestan - **“Educação e Sociedade no Brasil”** - Edusp/DominusSP, 1966

- Ferreira, Mariana K. L. - **“Da origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no Brasil”**- Dissertação de Mestrado/ USP - SP, 1992.

- Ferreira, Mariana K. L. - **“Quando 1+1 = 2: Práticas Matemáticas no PQXIN”**, 1988.

- Ferrero, Emília - **“Alfabetização em processo”**, Cortez,SP, 1986.

- Ferrero, Emília e Teberosky, Ana - **“Psicogênese da língua escrita”**, Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, 1984.

- Ferrero, Emília e Palacio, Margarita G. - **“Os processos de leitura e escrita”**, Ed. Novas Perspectivas, Porto Alegre, 1990.

-Fischman, Joshua. **“The relationship between micro and macro-sociolinguistics in the study of who speaks what language to whom and when”**. In *Journal of Social Issues*, v. 23, nº 3, 1967.

. **“Bilingualism and Biculturalism as Individual and as Societal Phenomena”**. In *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, vol. 1 nº 1, 1980.

-Franchetto, B. 1992 **“O aparecimento dos caraíba”**: para uma história kuikúro e alto-xinguana. M. C. da Cunha (org.), **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, SMC/FAPESP. pp.

- Freire, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

- Freire, Paulo - **“Pedagogia do Oprimido”**, Ed. Paz e Terra, RJ, 1983.

- Freire, Paulo - **“Educação e Mudança”** - Ed. Paz e Terra, 1983.

- Freire, Paulo - **“Ação Cultural para a Liberdade”** - Ed. Paz e Terra, 1981.

- Freire, Paulo - **“A importância do ato de ler”**- Ed. Cortez, 1982.

-Galvão, Eduardo **“O uso do propulsor entre as tribos do Alto Xingu”** *Revista do Museu Paulista*, IV: 353-368, XVI, 1950.

“Cultura e sistema de parentesco das tribos do Alto Xingu”. *Boletim do Museu Nacional*, 14, Nova Série, Antropologia, Rio de Janeiro, 1953.

- Goody, Jack. **Literacy in traditional societies**. Cambridge, Cambridge University Press, 1968.

- Grosjean, F. **Life with two languages: an introduction to bilingualism**. Harvard University Press, 1982.

- Gruber, Jussara - **“As extensões do olhar: a arte na formação de professores Ticuna”**, EM ABERTO, Brasília, ano 14, n. 63, jul/set/ 94, pp.122-136

- Gumperz, John J. e Gumperz, Jenny Cook. **“Introduction: language and the communication of social identity”**. In *Language and Social Identity - Studies in Interactional Sociolinguistics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

-Grumberg, G. 1970 **Contribuições para a etnografia dos Kayabí do Brasil Central**. Trad. por E.G. Wenzel de "Beitrage zur Ethnografie der Kayabi Zentral Brasiliens", in *Archiv fur Volkerkunde*. Wien, 24. pp. 24-185.

- Grupione, Luís D. B. - **"Índios no Brasil"** Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo..

- Hamel, Rainer Enrique. **"La politica del language y el conflito interétnico"**. In *Política Lingüística na América Latina*. Org. Eni Pulcinelli. Campinas, Pontes, 1988.

- Hamel, Rainer Enrique - **"El contexto sociolinguistico de la ensenanza y adquisición del español en escuelas indígenas bilingües en el Valle del Mezquital"** - en *Estudios de Linguistica Aplicada* - Número Especial, julho/1983, pág. 37 a 104.

- Heckenberger, Michael 1995 **War and peace in the Shadow of Empire: Sociopolitical change in the Upper Xingu of Southeastern Amazonia, A.D. 1250 - 2000**. PhD Thesis, University of Pittsburgh.

- IAMÁ -Instituto de Antropologia e Meio Ambiente - **Planejamento dos cursos de formação de Professores - Projeto de Educação-** 1993/1994/1995. Mindlin, Betty; Seki, Lucy; Troncarelli, Maria; Mendes, Jackeline; Carvalho; Machado, Sandra; Aloma; Szpigel, Mariza; Pereira, Maria Cristina; Gavazzi, Renato.

Planejamento dos cursos de formação de professores indígenas nas disciplinas de Língua Indígena, Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Artes.

- IAMÁ- . **Livro de Geografia** . Rondônia, 1995.

- INEP/MEC - **"Em aberto"** - Brasília, ano 14, número 63, 1994.

- Jung, Ingrid e López, Luís Enrique, Lima, Peru, 1989 - **"El caso de Puno : Las Lenguas en la educacion bilingue"**

- Junqueira, Carmen, 1991, Educ/SP. **"Antropologia Indígena - Uma introdução"**

- Lima, T. S. 1986 **A vida social entre os Yudjá (índios Juruna)**. Dissertação de Mestrado. PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro.

- López, Luis Enrique y Moya, Ruth - **“ Pueblos Indios, Estados y Educacion”** - Peru, 1989.
- Mackey, Willian F. - **“A tipology of bilingual education”** em: Fishman, Joshua A. - **Advances in the Sociology of language** - Vol. II The Hague: Norton, 413-432, 1972
- Maher, Terezinha de Jesus M. - **“Já que é preciso falar com os doutores de Brasília”**- Subsídios para um curso de português oral em contexto indígena”, Tese de Mestrado em Linguística Aplicada, UNICAMP, 1990.
- MEC. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena.** In Cadernos de Educação Básica, Série Institucional, vol. 2, 1993.
- Meliá, B. - **“Educação Indígena e Alfabetização”**- Ed. Loyola, SP, 1979.
- Mendes, Jackeline R. - **“Descompassos na Interação Professor-Aluno na Aula de matemática em Contexto Indígena”** -(Tese de Mestrado/ UNICAMP/1994).
- Menget, P. 1977 **Aux nome des autres. Classification des relations sociales chez les Txikão du Haut Xingu (Brésil).** Tese de 3ème cycle. Université de Paris X, Nanterre.
- Mindlin, Betty - **“Nós Paiter, Os Suruí de Rondônia”** - Ed. Vozes, SP, 1985
- Mindlin, Betty - **“Tuparis e Tarupás, Narrativas dos Índios Tupari de Rondônia”**, Brasiliense/Edusp/ Iamá/ 1993.
- Ministério da Educação e da Justiça - **Portaria Interministerial 559, de 16/04/91.**
- Ministerio de Educacion - **“Politica Nacional de Educacion Bilingue”**, Peru, 1972.
- Muñoz, Hector y Ledesma, Patricia M. - **“La alfabetizacion de las poblaciones indígenas - Una correlacion crítica de educacion y desarrollo”**. Universidad Autonoma Metropolitana Iztapalapa, 1990.
- Monserrath, Ruth e Emeri, Loretta, **“A conquista da escrita”**, OPAN - 1989.
- Montte, Nietta L. - **“A construção de currículos indígenas nos Diários de Classe -Estudo do Caso Kaxinawá/Acre.”** Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói/1994.

..... “Repensando a educação indígena bilíngüe e intercultural - o caso Acre”. In **Linguística Indígena e Educação na América Latina**. Org. Lucy Seki. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.

. “Uma experiência de autoria”. In *Por uma educação indígena diferenciada*. Fundação Nacional Pró-Memória, Brasília, 1987.

Proposta Curricular Bilíngüe Intercultural para o Magistério Indígena do Acre e Sudoeste do Amazonas. Comissão Pró-Índio/Acre, Coordenação de Nietta Lindenberg Monte, 1996.

- OPAN/CIMI, Aldeia Tapirapé, Santa Terezinha, Mato Grosso/1986. **Proposta Curricular da Escola Indígena Tapirapé,**

- OREALC - Oficina Regional de Educacion para América latina y el Caribe - “**Proyeto Principal de Educacion en America Latina y el Caribe**”. Boletín 10-11, Chile, 1986.

- Pacheco, Heloísa; Domingues, M.I. e Gouveia, M. S. “A escrita”- Grupo de Reflexões e Troca entre educadores - (mimeo) - Coord. Madalena Freire Wefort, SP, 1990.

- Padilha, Ana Maria L. e Galvão, Katia de Avila - **Psicologia da Educação**, Projeto INAJÁ, maio-junho/1994.

- Patto, M. H. S. (org.) - “**Introdução à Psicologia Escolar**”, Queiroz, SP, 1981.

- Piaget, Jean - “**Seis Estudos de Psicologia**” - Ed. Forense, 1967.

- Piaget, Jean “**O nascimento da inteligência na criança**”- Zahar, RJ, 1970.

- Piaget, Jean “**A psicologia da criança**”- DIFEL, SP/RJ, 1976.

- Rodrigues, Aryon Dall’ Igna. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo, Loyola, 1986.

- Romanelli, Otaíza de Oliveira - “**História da Educação no Brasil**” - Ed. Vozes, 1978.

Schwartzman, S. 1987 **The Panara of the Xingu National Park: the transformation of a society**. Tese de Doutorado. Chicago University Press: Chicago.

Seeger, A. 1981 **Nature and Society in Central Brazil: the Suyá Indians of Mato Grosso**. Cabridge: Harvard University Press.

- Sebastiani, E. - **“Construção da casa indígena: Uma proposta de ensino de matemática”**, in Anais VII - CIAME - Conferência Interamericana de Educação Matemática, São Domingos, República Dominicana, 1987.

- Secchi, Darci - **Diagnóstico da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso** - PNUD/ PRODEAGRO, Cuiabá/ MT, 1995.

-Secretaria Estadual de Educação de São Paulo- Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas- **Proposta Curricular para o ensino de matemática 1.grau**

Secretaria Estadual de Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, São Paulo- **Proposta Curricular para o ensino de Ciências e programas de saúde 1. grau-**

- Seki, Lucy - **“Linguística Indígena e Educação na América Latina”** , UNICAMP/Campinas,1993.

- SEP - Subsecretaria de Educacion Elemental - **“Direccion General de Educacion Indigena”**- México, 1986.

- Silva, Aracy Lopes e Grupione, Luís D. B. (org.) **“A temática indígena na sala de aula”**, MEC, MARI, UNESCO, 1995.

- Steinen, K. Von den 1942 **O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu**. São Paulo: Cia Ed. Nacional.

- Steinen, K. Von den 1940 **Entre os aborígenes do Brasil Central**. Separata da Revista do Arquivo. XXXIV a LVIII. São Paulo, Depto de Cultura.

-Taller Internacional para la revisión de los Programas de Estudio de la Reforma Educativa Boliviana 12 a 17/06/95.

“Reforma Educativa Boliviana: Programas de Estudio de los Niveles de Educación Preescolar y Primario”, Bolívia, 1995

-UNI - **Documento da União das Nações Indígenas apresentado na quarta sessão do grupo de trabalhos sobre populações indígenas da ONU** (mimeo), Genebra, 1985.

- Universidad Pedagógica Nacional- Secretaria Académica, Dirección de Docencia, “Licenciatura en educación preescolar, Licenciatura en educación primaria para el medio indígena - Plano de Estudios”, México, 1993.-
- Verswijver, G. 1992 **The Club-Fighters of the Amazon. Warfare among the Kayapó Indian of Central Brazil.** Gent: Rijscuniversiteit te Gent.
- Vygostki, L. S. “A formação social da mente”, Martins Fontes, SP, 1984.
- Zuñiga, Madeleine - “Educational Policies and experiments among indigenous populations in Peru”- Prospects, Vol. XX, n.3, 1990.
- Zuñiga, A. R. - “Las matemáticas modernas en las Americas: Filosofia de una reforma”- Trabalho apresentado na VIII CIAEM (Conferência Interamericana de Educação Matemática), Miami, 1991.

RELAÇÃO DAS ESCOLAS DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU

Obs. Ao lado do nome do professor está indicado os cursos em que ele participou.

1- ESCOLA TANGURO - - Povo Kalapalo

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Tanguru	Loike Kalapalo(1,2,3) Tahugaki Kalapalo(1,2,3,) Sikü Kalapalo	28	120	Querência

Escola Bilíngue: Kalapalo / Língua portuguesa

2- ESCOLA KALAPALO -- Povo Kalapalo

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Kalapalo	Ugise Kalapalo (1,2,3) Jeika Kalapalo (1,2,3)	56	206	Querência

Escola Bilíngue: Kalapalo / Língua portuguesa

3- ESCOLA KUIKURO - Povo Kuikuro

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Kuikuro	Sepé Kuikuro (2,3,4) Ibene Kuikuro *(1,2,3,4) Prof. auxiliares: Ivan e Mutuá Kuikuro	42	343	Paranatinga

* agente de saúde bucal, também atua como professor.

Escola Bilíngue: Kuikuro/ Língua portuguesa

4-- ESCOLA MATIPU - Povo Matipu

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Matipu	Anhüte Matipu (1,2,3,4) Amatiwana Matipu (2,3,4)	20	62	Querência

Escola bilíngue: Matipu/ Língua Portuguesa

5- ESCOLA NAHUKWÁ - Aldeia Nahukwá - Povo Nahukwá

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Nahukwá	Kamanin Nahukuá	17	64	Querência

Ensino: Língua portuguesa/ iniciando alfabetização em Matipu.

6- ESCOLA YPAVU - Povo Kamaiurá

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Ypavu	Jaréu Kamaiurá (1,2) Outros prof. indicados pela comunidade: Siripá (1,2), Pulyka e Kainawary Kamaiurá	70	254	Paranatinga

7- ESCOLA WAURÁ - Povo Waurá

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Piyulaha Waurá	Hukaikuhupi Waurá (4) Arouka Pataxó *	87	226	Paranatinga

* Prof. contratado pelo município de Paranatinga

8- ESCOLA AWETI - Aldeia Aweti - Povo Aweti

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Aweti	Kwarai Aweti (1,2,3,4) Waranaku Aweti (1,2,3,4)	25	93	Paranatinga

9- ESCOLA MEHINAKO - Povo Mehinako

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Uyaipioku Mehinako	Yawapula Mehinako (1,2,3,4) Eykatu Mehinako(4) Arako Mehinako(4)	37	174	Paranatinga

10- ESCOLA MORENÁ - Aldeia Morená - Povo Kamaiurá

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Morená	Paltu Kamaiurá (1,2,3,4) Kurehete Kamaiurá* (1,2,3,4)	20	59	Vera

* Prof. que atua também como agente de saúde.

Escola Bilingue: Kamaiurá/ Língua portuguesa

11- ESCOLA TERRA PRETA:

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Terra Preta	Ariakumalu Trumai (2,3,4)	22	89	Vera

Escola bilíngue: Trumai/Língua Portuguesa.

12- ESCOLA IKPENG:

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Ikpeng/PI Pavuru	Korotowĩ Ikpeng (1,2,3,4) Maiwá Ikpeng (1,2,3,4) Iokoré Ikpeng (1,2,3,4)	32	214	Vera

Escola Bilíngue Ikpeng/ Língua Portuguesa

13- ESCOLA TUIARARÉ

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Tuiararé	Aturi Kayabi (1,2,3,4) Tymairu Kayabi (1,2,3,4) Mairatat Kayabi (1,2,3,4) Jamanary Kayabi (3,4)	61	184	Querência

Escola Bilíngue Kayabi/LP

14- ESCOLA TUBA-TUBA

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Tuba-Tuba	Tarinu Yudjá (1,2,3,4) Adjihá Yudjá (1,2,3,4) Kudawá Yudja (1,2,3,4)	32	181	Marcelândia

Escola Bilíngue: Yudjá/ LP

15- ESCOLA KAPIVARA:

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Kapivara	Awatat Kayabi (1,2,3,4) Jemy Kayabi (3,4) Tekoa Kayabi (4)	37	188	São Félix do Araguaia

Escola Bilingue: Kayabi/LP

16- ESCOLA RIKÔ KISEDJÊ

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Rikô	Tempty Suyá (1,2,3,4)	16	120	Querência

Escola Bilingue Suyá/LP

17- ESCOLA NGÔSOKO

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Ngosokô	Kaomi Suyá (1,2,3,4)	20	93	Querência

Escola bilíngue Suyá/LP

18- ESCOLA KURURU

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Kururu	João Kayabi (1,2,3,4) Arupajup Kayabi (1,2,3,4)	26	70	Marcelândia

Escola Bilingue Kayabi/LP

19- ESCOLA SOBRADINHO:

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Sobradinho	Matari Kayabi (1,2,3,4) Yuvaju Kayabi (3,4)	15	41	Vera

Escola bilíngue: Kayabi/LP

20- POSTO DE VIGILÂNCIA STEINEN -

POSTO	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Steinen	Tawalu Trumai (1,2,3)	11	23	Vera

Escola bilíngue: Trumai/LP

21- POSTO DE VIGILÂNCIA PIARAÇU

POSTO	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Piaraçu	Maria Lucia Silva	15		São José do Xingu

Escola Língua portuguesa

22 - ESCOLA DO POSTO LEONARDO:

POSTO	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Leonardo	2 prof. não-índio Yunaki Yawalapiti	60	196	Paranatinga

Ensino Língua Portuguesa

23- ESCOLA BARRANCO ALTO:

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Barranco Alto	Tangeakatu Kayabi (1,2,3,4)	10	25	Vera

24- ESCOLA DO PIV ARRAIA

POSTO	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Arraia	Moreayup Kayabi (1,2,3,4)	08		Vera

25- ESCOLA METYKTIRE CACHOEIRA :

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Metyktire / Cachoeira	Tedjê Metyktire * (1,2,3,4)	40	230	São José do Xingu

* Prof. contratado pela Secretaria Municipal de São José do Xingu.

26- ESCOLA KAPÔT

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Kapôt	Pàtkore Metyktire (1,2,3,4) Ikumã Metyktire (1,2,3,4)	77	326	Matupá

27- ESCOLA NÃSEPOTITI

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Nãsepotiti	Kiampopri Panara (1,2,3,4) Perankô Panara (4)	15	159	Guarantã

28- ESCOLA GUARUJÁ

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Guarujá	Sirawan Kayabi	16		Vera

Número de escolas	28
Professores	53 prof. indígenas do Xingu 01 prof. Pataxó 03 prof. não-índios
Número de alunos	915

População : 3.908 (EPM/95)

Obs. Faltam dados na listagem sobre a população por aldeias, pois o censo realizado pela EPM abrange a população por etnia e não por aldeia.

Faltam também informações sobre as escolas da Terra Indígena Mekrangotire e da Terra Indígena Kayabi do Pará, tendo alguns professores indígenas destas áreas participado dos cursos de formação realizados no Parque Indígena do Xingu.

O quadro apresentado vem demonstrar a urgência da implementação da proposta curricular aqui descrita, sendo a capacitação de professores índios fundamental para atender a demanda por educação escolar.

Outros problemas existem como a falta de infra-estrutura das escolas (faltam mesas, bancos e lousas) e escassez de material escolar. Não existe regularidade na remessa, que vem sendo suprida, de maneira paliativa pela AVA e pela Funai. As comunidades têm se responsabilizado pela construção das escolas, de palha e madeira, adequadas para a região.

Faltam também livros, tanto de literatura brasileira, quanto materiais produzidos em outras áreas indígenas, a serem usados como materiais de leitura e pesquisa. Os materiais didáticos elaborados pelos professores indígenas vêm sendo xerocados, enquanto procuramos encaminhar a sua publicação.

CARGA HORÁRIA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO JÁ REALIZADOS:

I Curso de Formação de Professores Indígenas:

01 a 13/02/94 - PI Pavuru.

15/02 a 01/03/94 - PI Diauarum

Disciplinas:

LÍNGUA INDÍGENA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
40 HS	40 hs	40 hs

II Curso de Formação de Professores Indígenas:

08 a 23/10/96

Realizado simultaneamente nos Postos Indígenas Pavuru e Diauarum.

Disciplinas:

LÍNGUA INDÍGENA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
40 hs	40 hs	48 hs

III Curso de Formação de Professores Indígenas:

06/04 a 10/05/95 - PI Pavuru

12/04 a 10/05/95 - PI Diauarum

Disciplinas:

LÍNGUA INDÍGENA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA
40 hs	40 hs	40 hs	40 hs	40hs

IV Curso de Formação de Professores Indígenas:

07/11 a 02/12/95 - PI Diauarum

Disciplinas

LÍNGUA INDÍGENA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA
40 hs	40 hs	40 hs	40 hs	40 hs

TOTAL DE HORAS TRABALHADAS NOS 4 CURSOS/DISCIPLINA:

LÍNGUA INDÍGENA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA
160 hs	160 hs	168 hs	80 hs	80 hs

ASSESSORIAS PEDAGÓGICA E LINGUÍSTICA REALIZADAS DURANTE O PROJETO:

ESCOLA KALAPALO - 20 a 22/11/94

Assessoria realizada pelo prof. Loike Kalapalo aos prof. Jeika e Ugise Kalapalo.

LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA INDÍGENA	MATEMÁTICA
8 hs	8 hs	8 hs

ESCOLA MEHINAKO - 22 a 29/12/94

Assessoria realizada pelo prof. Loike Kalapalo ao prof. Yawapula Mehinako

LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
32 hs	24 hs

ESCOLA IKPENG - 15/05 a 04/06

Assessoria dos linguistas Cilene Campetella e Frantomé Pacheco aos professores Korotowĩ, Maiwá e Iokoré Ikpeng
LÍNGUA INDÍGENA - 80 hs.

ESCOLA TANGURO - 08 a 20/06/96

Assessoria realizada pela prof. Maria Cristina Troncarelli aos seguintes professores:
Tahugaki e Sikü Kalapalo - aldeia Tanguro.
Jeika Kalapalo - aldeia Kalapalo.
Kamanin Nahukuá - aldeia Nahukuá
Amatiwana Matipu - aldeia Matipu

LÍNGUA INDÍGENA / METODOLOGIA ALFABETIZAÇÃO	LÍNGUA PORTUGUESA / METODOLOGIA DE ENSINO DE SEGUNDA LÍNGUA	MATEMÁ- TICA	CIÊNCIAS/ SAÚDE
34 HS	30 hs	26 hs	10 hs

ESCOLA IKPENG *

18 a 26/06/96 - Assessoria da educadora Estela Würker.

GEOGRAFIA	LÍNGUA PORTUGUESA
20 hs	20 hs

ESCOLA RIKÔ

03 a 07/07/96 - Assessoria Estela Würker

L.PORTUGUESA	MATEMÁTICA	L.INDÍGENA	GEOGRAFIA
10 HS	10 HS	10 HS	10 HS

ESCOLA TUIARARÉ *

27/06 A 02/07/96 - Assessoria Estela Würker

L.PORTUGUESA	MATEMÁTICA	GEOGRAFIA
10 hs	10 hs	10 hs

ESCOLA KUIKURO

10 a 20/07/96 - Assessoria na disciplina de matemática realizada pelo prof. Pedro Paulo Scandiuzzi

76 hs.

Prof. Sepé e Ibene Kuikuro

Prof. Hukaikuhupi Waurá - prof. da aldeia Waurá

ESCOLA MORENÁ

22 a 26/07/96 - Assessoria na disciplina de matemática realizada pelo prof. Pedro Paulo Scandiuzzi

Prof. Paltu, Kurehete e Ayumã Kamaiurá

Prof. Sepé e Ibene Kuikuro

40 hs

ESCOLA TERRA PRETA - 20/07 a 02/08/96

Assessoria realizada por Maria Cristina Troncarelli às prof. Ariakumalu Trumai (aldeia Terra Preta) e Tawalu Trumai (PIV Steinen)

LÍNGUA INDÍGENA / METODOLOGIA ENSINO SEGUNDA LÍNGUA	LÍNGUA PORTUGUESA / METODOLOGIA DE ALFABETIZAÇÃO/REDAÇ ÃO	MATEMÁTICA
34 hs	30 hs	30 hs

ESCOLA NGOSOKÔ

08 a 12/07/96 - Assessoria Estela Würker

L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	L.SUIÁ	GEOGRAFIA
10 hs	10 hs	10 hs	10 hs

ESCOLA ARRAIA

02/08/96

ESCOLA SOBRADINHO

03 a 07/08/96 - Assessoria de Estela Würker

L. PORTUGUESA	L. INDÍGENA	GEOGRAFIA
20 hs	10 hs	8 hs

ESCOLA PANARA

07 a 11/08/96

L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA
20 hs	20 hs

ESCOLA KURURU

11 a 15/08/96 - Assessoria Estela Würker

L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS/SAÚDE
20 hs	16 hs	08 hs

ESCOLA CAPIVARA

- Assessoria da educadora Estela Würker

20/08/96

MATEMÁTICA	CIÊNCIAS/SAÚDE
4 hs	4 hs

ESCOLA TUBA-TUBA

16 a 19/08/96

L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	L. YUDJA	SAÚDE
15 hs	20 hs	04 hs	04 hs